



## EXTRATO DO RELATÓRIO INTEGRADO ANUAL - EXERCÍCIO 2022

### O SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – SERPRO APRESENTA SEU RELATÓRIO INTEGRADO ANUAL 2022, COM OS PRINCIPAIS RESULTADOS E DESTAQUES DO ANO.

#### 1. Mensagem do Presidente

É com satisfação que concluímos mais um ciclo de gestão empresarial, um período marcado por resultados, crescimento consistente e entregas que pavimentaram o caminho definitivo da transformação digital do Governo brasileiro. Mais um ano em que estabelecemos novos recordes em volume de dados armazenados e processados, linhas de código desenvolvidas, sistemas em produção e clientes no Brasil e exterior.

Uma história que não poderia ter sido escrita sem o alinhamento da Empresa, liderança que deu o tom e o compasso para que o espírito inovador do competente corpo funcional pudesse alcançar o seu melhor, novamente demonstrando à sociedade brasileira que quando se fala em tecnologia, os limites não são definitivos, apenas obstáculos a serem superados.

Nesse sentido, a Empresa tem muito o que mostrar. Começando com a plataforma GOV.BR que fechou o ano com 4,8 mil serviços públicos digitais que beneficiam os 142 milhões de usuários cadastrados até o momento, número impressionante que equivale a 80% da população acima de 18 anos no país.

Sucesso de crítica e público, a premiada Carteira Digital de Trânsito ficou ainda melhor em 2022, com a modernização do design e o lançamento de serviços que reduzem a burocracia e favorecem o mercado de veículos. Destaque para a “Venda Digital”, que permite a transferência eletrônica de propriedade do veículo pelo app, o Cadastro Positivo de Condutores e a incorporação da codificação internacional MRZ e da tradução do novo modelo do documento para línguas estrangeiras.

Outro marco importante foi a revolução inaugurada pelo Embarque +Seguro, tecnologia que utiliza a validação biométrica e biográfica dos passageiros e tripulantes para tornar mais eficiente o processo de embarque nos aeroportos e mais seguras as viagens aéreas. Implantado nos aeroportos de Congonhas/SP e Santos Dumont/RJ, a solução operou, até dezembro de 2022, em mais de 26 mil voos e facilitou a viagem de mais 216 mil passageiros.

E como não citar o app Compras.gov.br, que permite ao fornecedor se relacionar com o Governo de forma totalmente digital e participar 100% do processo de disputa das compras públicas. Em 2022, o sistema foi totalmente reestruturado para adequação à nova Lei de Licitações e o resultado não demorou a chegar: recorde de novos fornecedores, com a inclusão de 72 mil novas empresas, e o reconhecimento alcançado com prêmio no Congresso de Pregoeiros – edição 2022, no qual foi o vencedor nas categorias “Melhor sistema de compras públicas”, “Melhor interação com o fornecedor” e “Maior número de pregões realizados e concluídos”.

A lista de realizações não é pequena e inclui entregas relacionadas ao meio ambiente, melhoria do ambiente de negócios do país, gestão pública e serviços digitais ao cidadão; todas elas muito bem descritas neste relatório que agora apresentamos à sociedade. Importante salientar o que todas elas significaram para o Serpro em 2022: mais um ano de sucesso nos indicadores empresariais e de aumento da carteira de clientes.

Terminamos o ano com uma receita líquida 7,6% maior que 2021, aumento de 61,9% no lucro líquido e quase o dobro do investimento realizado no período anterior. Esses percentuais refletem a conquista de 10.856 novos clientes nos últimos doze meses, um acréscimo global de 76,3%, entre clientes federais, estaduais, municipais, privados e internacionais. É o Serpro presente não só na modernização do Estado brasileiro, mas na vida do cidadão, no dia a dia das empresas e em outros 15 países: Canadá, Estados Unidos, Chile, Colômbia, Peru, Reino Unido, França, Espanha, Lituânia, Estônia, Ilândia, Chipre, Malta, China e Singapura.

Todos esses números e resultados só existem porque esta é uma Empresa que valoriza seus talentos, uma Organização cujos empregados estão sempre comprometidos em gerar valor e transformar inteligência em resultados práticos para a sociedade. Com 58 anos de história, o Serpro segue sendo reconhecido como uma organização de excelência tecnológica, a maior empresa pública de TI do mundo.

Por fim, antes de iniciar a leitura deste relatório, permitam-me frisar que sua elaboração seguiu os princípios e diretrizes ditados pelos órgãos de controle, sendo fruto do trabalho das áreas executoras dos processos finalísticos e viabilizadores, e com o envolvimento das equipes técnicas e dos responsáveis pelas temáticas apresentadas; todos comprometidos com a gestão, a governança corporativa, a ética e os mais elevados padrões requeridos pela Lei e pelos brasileiros. Reconheço aqui minha responsabilidade, como também de todos os diretores, por assegurar a integridade deste documento, afirmando que todas as informações aqui fornecidas são fidedignas.

#### 2. Mensagem do Conselho de Administração

O ano de 2022 demonstrou o rumo acertado da estratégia empresarial. Consolidando a rota de crescimento sustentável trilhada por esta gestão, mais uma vez o Serpro conjugou resultados financeiros positivos com crescente número de parceiros e clientes, reflexo do aumento e sofisticação de um portfólio de negócios que oferece inovações não só para as questões estruturantes do Governo, mas que transforma a vida de cidadãos e favorece o ambiente econômico do país.

Organização líder do processo de transformação digital do Estado brasileiro, a Empresa comemorou a chegada do país ao segundo lugar, entre 198 economias globais, no GovTech Maturity Index 2022, índice do Banco Mundial que mede a maturidade em governo digital. Tivemos o maior avanço entre as nações avaliadas, passando do sétimo para o segundo lugar geral, e somos a primeira no Ocidente.

Resultados como esses não acontecem ao acaso. São fruto de trabalho e planejamento, dois substantivos que nunca saem do dicionário da Empresa. Em 2022, o Serpro mais uma vez cumpriu seu plano estratégico, alcançando bons resultados em todos os seis objetivos elencados para o período.

Para o ciclo 2023-2027, a Diretoria Executiva e este Conselho de Administração aprovaram importante evolução ao processo, incorporando a Agenda ESG ao Planejamento Estratégico. A partir de agora, a governança e a sustentabilidade integram o centro de definição dos componentes estratégicos, objetivos, metas e resultados-chave da Empresa.

O ano também foi marcado pela continuidade das ações de adequação à LGPD, consolidando os esforços da Empresa para a conformidade e a promoção da cultura de privacidade e proteção de dados. Todos esses feitos ilustram o empenho e o engajamento da Organização com a governança, a transparência e com a ética pública.

Por fim, o compromisso com a segurança da informação seguirá como traço constitutivo do Serpro. Em 2022, a Empresa aumentou seu investimento em novas tecnologias, infraestrutura do ambiente operacional de TI e infraestrutura de logística, medidas que visam sustentar a perenidade da expertise que mantém clientes satisfeitos e garante a disponibilidade e integridade de todos os serviços prestados à sociedade. São mais de 750 soluções que sustentam o Estado e servem a empresas e população, colocando o Serpro como o braço da transformação digital que o Brasil vem realizando com sucesso nos últimos anos.

Saiba mais sobre os administradores do Serpro e seus currículos em: <https://www.transparencia.serpro.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/quem-e-quem>

O rol de responsáveis encontra-se em <https://www.transparencia.serpro.gov.br/acesso-a-informacao/prestacao-de-contas/rol-de-responsaveis>

#### 3. Visão geral organizacional

O Serviço Federal de Processamento de Dados – Serpro, empresa de tecnologia da informação do Governo Federal, completou 58 anos de existência. Ao longo desses anos, a Empresa demonstrou sua capacidade de criar tecnologias inovadoras para a transformação digital do Estado brasileiro.

O Serpro é uma empresa pública sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, criado pela Lei nº 4.516, de 1º de dezembro de 1964, e regido pela Lei nº 5.615, de 13 de outubro de 1970, pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, regulamentada pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, pelo seu Estatuto Social e pelas demais normas legais que lhe forem aplicáveis. A Empresa esteve vinculada ao Ministério da Economia até o encerramento de 2022 e, a partir de 1º de janeiro de 2023, com a publicação do Decreto nº 11.344, passou a ser vinculada ao Ministério da Fazenda.

No contexto da estrutura societária, o Decreto nº 10.206, de 22 de junho de 2020, incluiu o Serpro no Programa Nacional de Desestatização – PND no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República – PPI.

A Missão da Empresa é conectar Estado e sociedade com soluções digitais inovadoras, e tem ultrapassado estas fronteiras, oferecendo também ao mercado soluções de inteligência capazes de trazer segurança para o ambiente de negócios do país.

A Visão do Serpro é ser reconhecida como a empresa que viabiliza o governo digital.

Como um dos protagonistas da transformação digital no Brasil, o Serpro busca continuamente firmar este seu propósito para inspirar e direcionar a mudança pretendida: “Evoluir de uma empresa de processamento de dados para uma empresa de inteligência aplicada em plataformas e soluções digitais”. Isto se confirma pela manutenção da estreita relação com a Estratégia de Governo Digital – EGD, estabelecida para o período de 2020 a 2022, que norteia a transformação do Governo brasileiro por meio de tecnologias digitais e visa oferecer políticas públicas e serviços de melhor qualidade, mais simples, acessíveis a qualquer hora e lugar e a um custo menor para o cidadão.

Para consolidar sua visão e missão, a Empresa adota como valores:

- Segurança com soluções íntegras e confiáveis;
- Excelência em soluções digitais;
- Responsividade nas entregas com agilidade;
- Proatividade na proposição de soluções;
- Responsabilidade, ética e integridade com os dados da sociedade; e
- Orgulho de viabilizar uma sociedade digital.

Esta atuação reforça o papel do Serpro de impulsionar políticas públicas, para fomentar o desenvolvimento do país e democratizar serviços essenciais a todos os brasileiros. A Empresa apresenta uma longa tradição em segurança e inteligência, e está pronta para enfrentar desafios pois se renova para melhor servir ao Brasil, de forma mais eficiente, digital e voltada ao cidadão.

Conheça mais em <https://www.serpro.gov.br/menu/quem-somos> e acesse a versão completa do Relatório Integrado Anual 2022 no Portal da Transparência e Governança do Serpro: <https://www.transparencia.serpro.gov.br/acesso-a-informacao/contas-aneis>

#### 4. O Serpro em números

O Serpro é a maior Empresa de tecnologia do Estado brasileiro, líder de mercado no segmento, e está presente em todos os estados do Brasil. Seus números impressionam, como o volume de transações, infraestrutura tecnológica e soluções desenvolvidas para os seus clientes:

- 7.575 empregados;
- 30 instalações prediais distribuídas em 27 municípios;
- Mais de 25 mil clientes no Brasil;
- 62 contratos com 32 diferentes clientes em 15 países;
- 2 Centros de dados com mais de 3 mil metros quadrados de área útil para instalação de equipamentos de TI;

- Mais de 377 bilhões de transações processadas anualmente;
- Cerca de 1.200 soluções disponibilizadas;
- Maior provedor GOV.BR do país; e
- 13 parcerias voltadas ao setor público.

#### 5. Prêmios e conquistas

- A geração de valor pelo Serpro junto às partes interessadas foi confirmada com os seguintes prêmios e reconhecimentos:
- Prêmio Criatividade e Inovação da Receita Federal do Brasil: desenvolvido pelo Serpro, o serviço Receita Compartilha foi premiado na 21ª edição do Prêmio e permite aos cidadãos e empresas compartilharem seus dados de forma rápida, fácil e segura, sendo mais ágil em operações como financiamentos ou empréstimos;
  - Prêmio Inovativos: destaque do ano, a Plataforma GOV.BR, idealizada pela Secretaria de Governo Digital e desenvolvida pelo Serpro, foi reconhecida como uma das principais iniciativas de inovação digital no país.
  - Certificação Tier III de Design: o Centro de Dados do Serpro recebeu a certificação, que garante um projeto alinhado às melhores práticas internacionais de engenharia de ambiente crítico;
  - Selo ISO/IEC 27701: o Centro de Certificação Digital do Serpro – CCD recebeu o referido selo, um padrão internacional que permite comprovar maior proteção e conformidade com normas como a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD e o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados da União Europeia – GDPR;
  - Selo Empresa Amiga da Família – SEAF: o Serpro recebeu o selo concedido pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos – MMFDH, por meio da Secretaria Nacional da Família – SNF, reconhece publicamente empresas que adotam medidas em benefício do equilíbrio trabalho-família de seus empregados;
  - Certificação Internacional de Qualidade em Auditoria Interna: a Auditoria Interna do Serpro recebeu a Certificação e passou a ser reconhecida pela convergência com as melhores práticas internacionais de mercado, estando ao lado do seleto grupo de empresas que obtiveram a mesma certificação;
  - Prêmio Rede Governança Brasil – RGB: o Serpro conquistou o 2º lugar no Prêmio RGB 2022 entre as Estatais e Sociedades de Economia Mista pela adoção das melhores práticas de governança corporativa;
  - Nível “aprimorado” de implementação dos controles estabelecidos pela LGPD: o Serpro atingiu o nível “aprimorado” de implementação dos controles estabelecidos pela LGPD em auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União – TCU, que examinou as ações governamentais e os riscos à proteção de dados pessoais; e
  - Selo de Departamento Jurídico 4.0: o Serpro recebeu o selo concedido pela Associação Brasileira de Lawtechs e Legatechs - AB2L, que premia os departamentos jurídicos que fazem a diferença no setor de inovação jurídica.

Para saber mais acesse: <https://www.transparencia.serpro.gov.br/governanca/governanca-corporativa/maturidade-em-governanca/premios-e-selos>

#### 6. Sustentabilidade no Serpro

A complexidade dos ambientes, as expectativas da sociedade e os progressivos avanços tecnológicos e dos marcos regulatórios impõem às organizações atenção com as práticas de sustentabilidade. Para assegurar a longevidade e a geração de valor, exige-se maior responsabilidade e compromisso com aspectos ambientais, sociais e de governança e se espera que os resultados sejam alcançados por meio de uma atuação capaz de produzir impactos positivos.

Assim, o Serpro se apropriou de boas práticas ESG para fortalecer sua jornada rumo a uma sustentabilidade corporativa cada vez mais plena e as estruturou no conceito ESGtec:

- como empresa orientada à tecnologia, sempre teve um alto grau de comprometimento social;
- como empresa pública, também conquistou uma notável estruturação em governança, com uma trajetória já consolidada nessa área; e
- como agente de transformação digital, colabora com uma grande redução do consumo de insumos como o papel e na circulação desnecessária de cidadãos, ao conectar digitalmente Governo e sociedade.

A escolha do nome da estratégia ESGtec levou em consideração o modo Serpro de ser ESG, sem perder de vista o fato de se constituir como empresa de tecnologia. Entretanto, a tecnologia deve ser sempre o meio, não o fim em si mesma, por isso, o mote ESGtec é ser “digital para as pessoas”.

A tecnologia deve servir às pessoas e isso exige atenção das empresas do setor, pois a inovação tecnológica pode trilhar rumos cada vez mais avançados, sem levar em conta que as pessoas usuárias precisam conseguir utilizá-las com certo grau de facilidade para que se tornem realmente úteis.

#### 7. Destaques das principais soluções

A Estratégia de Governo Digital para o período de 2020 a 2022 norteou a transformação do governo por meio de tecnologias digitais e a execução das políticas públicas e ofereceu serviços de melhor qualidade, mais simples, acessíveis a qualquer hora e lugar e a um custo menor para o cidadão e empresas.

O Serpro continua a responder aos desafios da execução da Estratégia de Governo Digital e, em 2022, entregou soluções que beneficiaram diretamente a sociedade.

#### GOV.BR:

O GOV.BR é um conjunto de canais digitais do governo federal voltado à simplificação no atendimento de serviços públicos ao cidadão, melhorando a relação ente Estado e sociedade. Em 2022, a Plataforma do Governo Federal ofertou mais de 4,8 mil serviços públicos de órgãos e entidades federais em um ambiente centralizado, sendo 4.150 totalmente digitais. Os destaques do ecossistema GOV.BR são:

- Portal GOV.BR - plataforma única do Governo Federal, na qual o cidadão encontra informações sobre serviços públicos relacionados a diversos temas como saúde, educação, cultura, emprego, legislação, água e saneamento, economia, finanças e outros. A plataforma conta com 150 portais institucionais migrados e foram lançadas campanhas voltadas a alavancar o relacionamento do Estado com o cidadão: Usuários bronze GOV.BR, Renegociação FIES, Aprovados ENEM (app GOV.BR) e RFB Simples Nacional (e-mail e app GOV.BR); e
- App GOV.BR – o aplicativo permite ao cidadão acessar serviços do governo, documentos em formato digital, gerenciar o uso de seus dados pessoais e realizar a prova de vida digital. Em 2022, foram adicionados vários documentos digitais que tornam a vida do cidadão mais prática: Novo RG, Documento de Identificação do Exército, Marinha e Aeronáutica, PMDF, Bombeiros-DF, Documento de identificação de tripulantes expedido pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, com uso do QRCode VIO, o que confere maior segurança na identificação do titular. Ademais, foi disponibilizada a funcionalidade assinatura eletrônica, que permite ao cidadão assinar um documento em meio digital a partir da sua conta GOV.BR, com a mesma validade de um documento com assinatura física.

#### Identificação Civil Nacional – ICN:

Criado pela Lei nº 13.444, de 11 de maio de 2017, o Documento Nacional de Identidade – DNI é uma identidade totalmente digital, baseada na Identificação Civil Nacional – ICN, com validade em todo território brasileiro. Tem como objetivo também ser um local centralizado para acessar serviços de governo (TSE e parceiros) e ter controle do uso de seus dados pessoais por entidades públicas e privadas que passem por validação na Base de Dados da Identificação Civil Nacional – BDICN. O aplicativo também permitirá a integração de outros documentos do cidadão, através de sua carteira digital, inclusive documentos profissionais de entidades de classe conveniadas ao TSE. O DNI teve seu primeiro lançamento ainda em 2018, mas foi totalmente reconstruído e relançado em março de 2022, utilizando tecnologias mais recentes. Destaque para a redefinição do fluxo de emissão do documento, baseado no uso de validação biométrica através do próprio smartphone, também a redefinição de seus fluxos de usabilidade e da interface de usuário, tornando mais intuitivo e fácil de utilizar.

Para saber mais sobre os principais clientes soluções, acesse: <https://www.serpro.gov.br/menu/nosso-portofolio>

Acesse a versão completa do Relatório Integrado Anual 2022 e conheça os resultados estratégicos e das principais áreas de gestão alcançadas no exercício em: <https://www.transparencia.serpro.gov.br/acesso-a-informacao/contas-aneis>

#### 8. Informações orçamentárias, financeiras e contábeis

A Superintendência de Controladoria do Serpro – SUPCO, órgão ligado diretamente à Diretoria de Administração – DIRAD, é responsável pela geração e análise do desempenho econômico, financeiro, tributário, orçamentário e de custos.

A SUPCO atua na gestão dos riscos de seus processos e se empenha na adoção de mecanismos de controle que proporcionem confiabilidade ao processo de coleta, mensuração, classificação, registro e divulgação de eventos e transações.

As demonstrações financeiras são elaboradas pela Diretoria Executiva, apoiada pelas áreas de Gestão Financeira, Controladoria e Auditoria Interna, e são avaliadas periodicamente pelos Conselhos de Administração e Fiscal, pelo Comitê de Auditoria e pela Auditoria Independente, que exerce papel fundamental para assegurar credibilidade, transparência e confiabilidade às informações financeiras da Empresa.

Em relação aos controles internos, o Serpro adota a segregação de funções, a conciliação das contas e a dupla conferência das atividades executadas. Assim, o grau de controle é satisfatório e as divergências são tratadas tempestivamente, sendo a eficiência dos controles internos em uso no processo de contas avaliado pela Auditoria Interna.

Cabe informar que, de acordo com o Relatório dos Auditores Independentes – RAI, as demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Serpro em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Conformidade Legal:

A gestão econômico-financeira adotada pelo Serpro está em total conformidade com as normas legais aplicáveis. As demonstrações financeiras são elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que são representadas por um grupo de regras, leis e normas que regulam a Contabilidade no país, tais como: a Lei nº 6.404/1976 e suas alterações; a Lei nº 13.303/2016, regulamentada pelo Decreto nº 8.945/2016; as Normas Brasileiras de Contabilidade – NBCT; o Estatuto Social vigente e outras normas legais que lhe forem aplicáveis.

As informações apresentadas no Relatório Integrado Anual são de Demonstrações Financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das Demonstrações Financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável, que podem ser encontradas na íntegra junto com as Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes nos endereços:

<https://www.transparencia.serpro.gov.br/acesso-a-informacao/contas-aneis>

<https://www.transparencia.serpro.gov.br/acesso-a-informacao/demonstracoes-financeiras>

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### Balanco Patrimonial

Ativo	Em milhares de R\$			
	Dez/22	Dez/21	Dez/20	Dez/19
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
<b>Circulante</b>	<b>2.789.774</b>	<b>2.624.004</b>	<b>2.408.889</b>	<b>1.851.000</b>
. Caixa e equivalentes caixa	1.860.743	1.869.748	1.694.495	1.007.510
. Ativos financeiros	851	710	587	438
. Créditos a receber	927.963	750.901	710.818	839.989
. Clientes	690.631	530.366	460.413	589.715
. Créditos tributários	142.454	114.810	110.096	145.654
. Ressarcimento de pessoal	63.104	85.134	99.145	81.145
. Créditos diversos a receber	31.774	20.591	41.164	23.475
. Outros Ativos	217	183	280	355
. Ativos mantidos para venda	-	2.462	2.709	2.708
<b>Não Circulante</b>	<b>2.022.146</b>	<b>1.775.837</b>	<b>1.812.117</b>	<b>1.865.367</b>
. Realizável a longo prazo	1.096.530	1.076.650	1.198.794	1.323.766
. Depósitos judiciais e recursais	408.429	411.825	275.743	230.544
. Ressarcimento de pessoal	306.124	301.553	314.322	351.730
. Créditos tributários diferidos	286.099	267.389	500.116	640.038
. Créditos realizáveis a longo prazo	95.554	95.554	108.292	101.388
. Outros ativos	324	329	321	66
. Imobilizado	818.130	608.124	549.028	477.553
. Intangível	107.486	91.063	64.295	64.048
<b>Total do Ativo</b>	<b>4.811.920</b>	<b>4.399.841</b>	<b>4.221.005</b>	<b>3.716.367</b>

Passivo	Em milhares de R\$			
	Dez/22	Dez/21	Dez/20	Dez/19
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
<b>Circulante</b>	<b>1.108.128</b>	<b>1.056.758</b>	<b>1.131.612</b>	<b>904.953</b>
. Contribuições	85.392	83.300	95.427	91.233
. Tributos e encargos sociais	143.858	151.724	164.850	156.528
. Depósitos diversas origens	858	858	1.697	3.689
. Obrigações a pagar	878.020	820.876	869.638	653.603
. Fornecedores	318.600	278.643	177.226	109.579
. Pessoal	376.704	352.038	453.014	295.553
. Processo trabalhista	-	56.033	64.561	65.214
. Benefícios a empregados	30.472	13.794	35.941	37.952
. Participação nos lucros ou resultados	30.257	24.913	29.147	29.646
. Juros sobre capital próprio	116.744	95.165	109.749	115.627
. Outras obrigações	5.143	290	-	32
<b>Não Circulante</b>	<b>1.686.328</b>	<b>1.479.785</b>	<b>1.353.770</b>	<b>1.799.690</b>
. Obrigações tributárias	650.934	433.295	241.920	80.204
. Processo Trabalhista a Pagar	-	-	55.416	118.057
. Provisões judiciais e administrativas	477.235	490.572	444.505	388.163
. Benefícios pós-emprego	553.558	551.317	607.189	1.212.546
. Outras obrigações	4.601	4.601	4.740	720
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>2.017.464</b>	<b>1.863.298</b>	<b>1.765.623</b>	<b>1.011.724</b>
. Capital	1.061.005	1.061.005	1.061.005	1.061.005
. Reservas	1.281.460	1.197.711	977.898	625.317
. Reservas de reavaliação	93.387	100.102	84.559	85.418
. Reservas de lucros	831.125	803.139	763.590	539.899
. Dividendos adicionais propostos	356.948	294.470	109.749	-
. Outros resultados abrangentes	(325.001)	(330.672)	(292.983)	(692.666)
. Ajustes de exercícios anteriores	-	(64.746)	(10.297)	18.068
<b>Total do Passivo</b>	<b>4.811.920</b>	<b>4.399.841</b>	<b>4.221.005</b>	<b>3.716.367</b>



MINISTÉRIO DA FAZENDA



**Demonstração do Resultado do Exercício**

NE	Dez/2022	Dez/2021 Reapresentado	Dez/2020 Reapresentado	Dez/2019 Reapresentado	Em milhares de R\$		
					4º Tr/22	4º Tr/21 (Reapresentado)	
<b>Receita operacional líquida</b>	26.2	3.000.630	2.788.237	2.736.517	2.859.075	892.077	745.966
Custo dos serviços prestados	26.3	(1.710.908)	(1.513.340)	(1.482.308)	(1.374.720)	(487.027)	(427.437)
<b>Lucro bruto (exceto resultado financeiro)</b>	26.3	1.289.722	1.274.897	1.254.209	1.484.355	405.050	318.529
<b>Despesas operacionais</b>	26.3	(789.045)	(773.347)	(873.718)	(969.637)	(225.698)	(211.257)
Despesas com pessoal e benefícios		(606.137)	(519.756)	(648.502)	(604.626)	(174.865)	(178.136)
Depreciação e amortização		(29.918)	(33.563)	(12.218)	(28.275)	(8.327)	(12.551)
Locação		(3.731)	(22.567)	(11.142)	(14.998)	(1.485)	(5.308)
Manutenção		(21.892)	(24.717)	(42.320)	(41.256)	(7.235)	(6.602)
Serviços de comunicação		(241)	(7.483)	(7.920)	723	(73)	(897)
Serviços profissionais e contratados		(45.889)	(39.884)	(35.303)	(40.262)	(13.980)	(23.998)
Serviços públicos		(10.115)	(8.043)	(9.676)	(14.631)	(2.400)	(2.675)
Resultado com créditos a receber		(41.319)	(26.312)	(61.998)	(17.294)	24.914	(5.788)
Despesas tributárias diversas		(2.029)	(4.370)	(3.163)	(5.564)	(1.049)	(162)
Material		(1.234)	(4.784)	(4.972)	(4.523)	(289)	(2.368)
Outras despesas/receitas		5.603	(50.412)	(11.368)	(4.873)	2.882	(12.687)
Resultado com ações judiciais		(32.143)	(31.456)	(25.136)	(194.058)	(43.791)	39.915
<b>Resultado financeiro</b>	26.4	178.621	73.140	63.729	-21.670	2.185	(23.641)
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>		679.298	574.690	444.220	493.048	181.537	83.631
<b>Tributos sobre o lucro</b>	26.5	(119.589)	(229.038)	(10.255)	13.661	(3.743)	(203.324)
Tributos correntes		(123.869)	(103.786)	(76.585)	(68.445)	(1.378)	(19.599)
Tributos diferidos		4.280	(125.252)	66.330	82.106	(2.365)	(183.725)
<b>Lucro/Prejuízo líquido do exercício</b>		559.709	345.652	433.965	506.709	177.794	(119.693)

**Demonstração do Fluxo de Caixa**

Atividades Operacionais	Em milhares de R\$	
	Dez/2022	Dez/2021 (Reapresentado)
Recebimentos de clientes	3.042.607	2.967.745
Recebimentos de clientes – exercícios anteriores	258.389	226.174
Ressarcimento de pessoal requisitado	299.629	329.800
Rendimento de aplicações financeiras	174.770	40.692
Outros recebimentos	131.108	74.104
Tributos e encargos	(427.667)	(390.360)
Pessoal e encargos	(2.119.348)	(2.021.994)
Sentenças judiciais	(109.225)	(249.347)
Pagamentos a fornecedores	(495.192)	(404.380)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais (a)</b>	<b>755.071</b>	<b>572.434</b>
<b>Atividades de Investimentos</b>		
Pagamento Imobilizado/ Intangível	(360.784)	(175.836)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de investimento (b)</b>	<b>(360.784)</b>	<b>(175.836)</b>
<b>Atividades de Financiamento</b>		
Pagamento de Dividendos e JCP	(403.293)	(221.344)
Caixa líquido gerado nas atividades de Financiamento (c)	(403.293)	(221.344)
Movimentação líquida de caixa e equivalente de caixa (a) + (b) + (c)	(9.006)	175.254
<b>Saldo inicial – caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>1.869.749</b>	<b>1.694.495</b>
<b>Saldo final – caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>1.860.743</b>	<b>1.869.749</b>

**Demonstração do Valor Adicionado**

Geração do Valor Adicionado	Em milhares de R\$	
	Dez/2022	Dez/2021 (Reapresentado)
<b>Receitas</b>	<b>3.415.236</b>	<b>3.273.546</b>
Receita Operacional Bruta	3.620.608	3.413.746
Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	(41.319)	(26.312)
Descontos Concedidos	(100.305)	(108.525)
Vendas Canceladas	(5.717)	(4.150)
Outros valores – AEA e Realiz. Reservas	(58.031)	(1.213)
<b>Sumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(447.376)</b>	<b>(467.116)</b>
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>2.967.860</b>	<b>2.806.430</b>
<b>Retenções</b>	<b>(179.873)</b>	<b>(132.218)</b>
Depreciações e Amortizações	(147.730)	(100.762)
Resultados com Ações Judiciais	(32.143)	(31.456)
<b>Valor adicionado líquido</b>	<b>2.787.987</b>	<b>2.674.212</b>
<b>Recebido de terceiros</b>	<b>204.812</b>	<b>90.805</b>
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>2.992.799</b>	<b>2.765.017</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>	<b>Dez/2022</b>	<b>Dez/2021</b>
Empregados (Salários, Encargos, Benefícios).	1.705.399	1.580.184
Governo (Impostos e Contribuições)	719.627	812.386
Capitais de Terceiros	52.438	26.163
Acionistas (Dividendos Juros e JCP)	487.350	391.481
Lucros Retidos	27.985	(45.197)
<b>Valor adicionado total distribuído</b>	<b>2.992.799</b>	<b>2.765.017</b>

**Demonstração do Resultado Abrangente**

Resultado líquido do período	Em milhares de R\$	
	Dez/2022	Dez/2021 (Reapresentado)
Ajustes de Instrumentos Financeiros	559.709	345.652
Passivo atuarial – EFPC Serpros	142	123
Tributos diferidos sobre EFPC Serpros	265.809	62.043
Reversão Tributos diferidos sobre EFPC Serpros	(35.119)	(8.304)
Passivo atuarial – PAS Serpro	(260.011)	-
Tributos diferidos sobre PAS Serpro	34.850	-
<b>Resultado abrangente no período</b>	<b>565.380</b>	<b>307.963</b>

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido**

Resultado líquido do período	Capital				Dividendos Adicionais	Lucros Acumulados	Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
	Reavaliação	Reservas	Legal	Retenção				
<b>Saldo em 31 de dez/20 (Reapresentado)</b>	1.061.005	78.009	58.399	725.191	109.749	8.841	(292.983)	1.748.212
Ajuste de exercícios anteriores	-	6.826	-	-	-	(19.029)	-	(12.203)
Lucros/Prejuízos líquidos	-	-	-	-	-	345.652	-	345.652
Reserva legal	-	-	-	19.549	-	(19.549)	-	-
Realização de reserva de reavaliação	-	15.267	-	-	-	8.975	-	24.242
Dividendos pagos	-	-	-	-	(109.749)	-	-	(109.749)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	294.471	(294.471)	-	-
Juros sobre capital próprio creditados	-	-	-	-	-	(95.165)	(37.689)	(95.165)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	(95.165)	(37.689)	(137.689)
<b>Saldo em 31 de dez/21 (Reapresentado)</b>	1.061.005	100.102	77.948	725.191	294.471	(64.746)	(330.672)	1.863.298
<b>Saldo em 31 de dez/22</b>	1.061.005	93.387	105.933	725.191	356.948	-	(325.001)	2.017.463

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

**Notas Explicativas**

**1. Contexto Operacional**

O Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) é Empresa Pública, sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, vinculada ao Ministério da Economia – ME, com sede em Brasília/DF. Foi criada pela Lei nº 4.516/1964, regida pela Lei nº 5.615/1970 e, de forma suplementar, pela Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/1976) e Lei das Estatais (Lei nº 13.303/2016), regulamentada pelo Decreto nº 8.945/2016. Além desses, o SERPRO é conduzido pelo seu Estatuto Social vigente e demais normativos legais que lhe forem cabíveis.

O SERPRO é composto por 11 (onze) regionais distribuídas pelo Brasil. Suas infraestruturas possuem tecnologia de ponta, que interconecta todas as regiões do país. A capacidade tecnológica e ampla experiência no mercado proporcionam desenvolvimento, manutenção e hospedagem de grandes sistemas da Administração Pública Federal.

Os serviços oferecidos aos setores público e privado incluem inteligência em tecnologia da informação capazes de trazer segurança para o ambiente de negócios do país. Para tanto, o SERPRO está alinhado com a privacidade e a proteção de dados do cidadão, e se manifesta contra o uso indevido e não autorizado. Dessa forma, tem como premissa ser referência no atendimento aos requisitos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

A missão do SERPRO é conectar Estado e sociedade com soluções digitais inovadoras, que ultrapassem essas fronteiras.

A visão empresarial é de ser reconhecido como Empresa que viabiliza o governo digital. Dessa forma, o SERPRO é protagonista da transformação digital no Brasil, mantendo estreita relação com a Estratégia de Governo Digital estabelecida para o período de 2020 a 2022. Este direcionamento norteia a inovação do Governo brasileiro por meio de tecnologias digitais inteligentes, e visa oferecer Políticas Públicas e serviços de qualidade superior, mais simples, acessíveis a qualquer hora e lugar, e a um custo menor para o cidadão.

Como diferencial, e no papel de propulsor da transformação digital do Brasil, o SERPRO acompanha e cumpre as exigências legais em desenvolver soluções tecnológicas voltadas ao interesse coletivo e ao imperativo de segurança nacional.

Em seus 58 anos de existência, o SERPRO acumula resultados positivos que confirmam o protagonismo na transformação digital do país. Em 2022, diversos produtos e serviços se destacaram por trazerem inovações significativas e impulsionarem o avanço do Governo Digital.

O SERPRO lançou a nova versão do aplicativo Carteira Digital de Trânsito – CDT, com um design moderno e mais funcionalidades (Venda Digital – permite a transferência eletrônica de propriedade do veículo, sem a necessidade de o vendedor e comprador comparecer a um cartório; Cadastro Positivo de Condutores – beneficia condutores que não cometeram infrações de trânsito nos últimos 12 meses). Além disso, a Empresa inovou mais uma vez com o novo modelo da Carteira Nacional de Habilitação. Os impactos da atuação do SERPRO são inúmeros, tais como: mais de 7 mil concessionárias de todo o país passaram a integrar o Registro Nacional de Veículos em Estoque – Renave; Embarque + Seguro implantado nos aeroportos de Congonhas/SP e Santos Dumont/RJ, com mais de 26 mil voos e mais de 216 mil passageiros validados no fluxo biométrico, até dezembro de 2022.

O SERPRO como coadjuvante do cuidado com o meio ambiente, ampliou sua atuação em sistemas de preservação ambiental. Foi estabelecida uma robusta parceria com o Ministério do Meio Ambiente e o Ibama, promovendo: Soluções Analíticas da Gestão Madeireira; Plataforma de Anúncia Única – Pau Brasil; DOF+ Rastreabilidade; e o Sabiá Fiscalização e Conciliação.

Além dessas atuações, o SERPRO expandiu a plataforma Gov.br (que passou a contar com 150 portais institucionais migrados); os sistemas integrados autenticados via Gov.br (1,3 mil integrações e mais de 460 órgãos afetados, sendo mais de 140 milhões de contas criadas e 200 milhões de autenticações por mês); os serviços públicos cadastrados (mais de 4,8 mil, com registros de mais de R\$10 bilhões de visualizações de páginas). Em 2022, a plataforma Gov.br foi toda renovada, o que acarretou um alcance de 28 milhões de usuários ativos. E ainda, merece destaque a autenticação das melhorias efetuadas no ano, com emissão de Certidão Negativa de Débito – CND e assinatura de documentos.

O SERPRO evoluiu a solução onde se processa o Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF 2022). Esta passou a permitir a obtenção da declaração pré-preenchida para qualquer contribuinte com conta Gov.br ouro ou prata, a partir de qualquer aplicativo (app, e-CAC ou PGD). Permite, inclusive, o acesso da declaração pré-preenchida pelo procurador, atingindo 17,9 milhões de contribuintes. Adicionalmente, possibilitou a utilização do PIX para pagamento do DARF e para indicação do crédito de restituição.

Portanto, estes são alguns exemplos da atuação inovadora do SERPRO, que alcança tanto o Governo Federal, quanto o setor privado, a sociedade como um todo e o cuidado com o meio ambiente.

Na esfera privada, os clientes do SERPRO são empresas e organizações de todos os tamanhos e segmentos da economia, que buscam informações íntegras e confiáveis, e soluções que tornem suas plataformas de negócio mais seguras e inteligentes. Os esforços para ampliação anual dessa carteira resultaram num acréscimo significativo no número de clientes privados: mais de 80% de 2021 para 2022.

No mercado internacional, a Empresa formou uma carteira com 62 contratos firmados de 32 clientes distribuídos em 15 países. Em setembro de 2022, foi iniciada a operação Loja SERPRO Internacional com seis produtos: Consulta CPF; Consulta CNPJ; Consulta NFe; Consulta CND; Vio Decodificação e Datavali.

A privacidade e a proteção de dados receberam atenção especial em 2022 com a realização, no início do ano, da primeira edição do prêmio SERPRO, em reconhecimento a iniciativas brasileiras sobre o tema. Além disso, lançou o livro sobre governança em privacidade e proteção de dados, em dezembro. A Empresa obteve o nível "aprimorado" de implementação dos controles estabelecidos pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD, em auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União – TCU. E ainda, o Centro de Certificação Digital do SERPRO recebeu o selo ISO/IEC 27701, um padrão internacional de conformidade com normas, como a LGPD e o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados da União Europeia – GDPR.

O SERPRO também conquistou o segundo lugar no Prêmio RGB 2022, concorrido entre as Estatais e Sociedades de Economia Mista, pela adoção das melhores práticas de governança corporativa. Recebeu ainda, a Certificação Internacional de Qualidade em Auditoria Interna (Quality Assessment, QA-IA) e o Selo Empresa Amiga da Família, este concedido pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, que é um reconhecimento público por adotar medidas em benefício do equilíbrio trabalho-família de seus empregados. E elaborou soluções que tiveram destaque nas premiações governamentais, como Inovativos e Criatividade e Inovação da Receita Federal do Brasil – RFB.

Somado a tudo isso, um dos grandes diferenciais de 2022 foi a adoção da agenda ESG (E – Eco ambiental; S – Social; G – Governança). Nessa direção, a Empresa incorporou boas práticas ESG para fortalecer sua jornada rumo à sustentabilidade corporativa cada vez mais plena. Para tanto, estruturou o conceito ESGLe; definiu compromissos sustentáveis e princípios orientadores, como a redução da emissão de carbono; e proporcionou a inclusão digital dos brasileiros e dos investimentos em ações sociais, entre outras iniciativas nesse sentido.

A seguir, apresentam-se os resultados econômicos e financeiros do SERPRO.

**1.1. Informações gerais do contexto econômico**

Após os inúmeros impactos causados pela pandemia COVID-19, no que se refere à economia mundial, os resultados continuam afetando as finanças das empresas. Assim como, a guerra entre Rússia e Ucrânia, que tem se prolongado, causando consequências econômicas desastrosas. Na China, o relaxamento da política de "covid zero" e medidas para recuperar o setor imobiliário têm levado a melhorar as expectativas para 2023. Porém, essa melhoria não virá no curto prazo.

O quadro mundial vem piorando, com inflação alta, juros em elevação e desaquecimento do nível de atividade econômica. Esse cenário se mostra tanto para dados recentes, quanto para expectativas de realizações futuras. "As projeções de inflação do Copom situam-se em 6,0% para 2022, 5,0% para 2023 e 3,0% para 2024". A inflação alta e persistente provocou o início de ciclos de aperto monetário nos Estados Unidos e na Europa, com expectativa de taxas de juros maiores. Os dirigentes dos bancos centrais apresentaram discursos cada vez mais dramáticos.

Essa desaceleração externa provavelmente afetará o Brasil. Contudo, a situação do Brasil é diferente da observada na maioria dos países desenvolvidos e em muitos emergentes. E o ciclo de aperto monetário, iniciado há um ano e meio pelo Banco Central do Brasil – BCB, parece dar sinais de encerramento.

Portanto, a discussão passa a se concentrar em "quando" o BCB poderá iniciar a redução da taxa Selic, visto que a inflação está em queda, bem como suas previsões. Como consequência, o crescimento do nível de atividade para 2022 permanecerá em torno de 3% do PIB.

De acordo com o boletim Focus, de 30/12/2022, os principais indicadores macroeconômicos projetados para o final do exercício corrente são: (i) PIB: crescimento de 3,04%, sem oscilações com o mês anterior (3,05%); (ii) IPCA: projeção de 5,62%, superior à meta estimada de 5%, porém com redução em relação a expectativa do mês anterior (5,92%); e (iii) taxa Selic de 13,75%, maior patamar dos últimos anos. Todavia, no mesmo patamar do mês anterior (13,75%). O crescimento da estimativa do PIB para 3,04% é decorrente principalmente da revisão da expectativa de crescimento do setor de serviços, cuja previsão aumentou de 3,9% para 4,2%. Em 10/01/2023, houve divulgação do IPCA apurado em 2022, que ficou em 5,79%.

De acordo com os indicadores projetados, para 2023 vislumbra-se um cenário fiscal pessimista com restrições no orçamento dos clientes do SERPRO, tendo em vista que os maiores clientes da Empresa são Entidades do Governo, dependentes de recursos do Orçamento Geral da União – OGU.

Para atenuar esse cenário, projeta-se crescimento nas receitas da Empresa provenientes de clientes privados. O crescimento de receitas nesse segmento, demonstra o acerto da estratégia adotada em intensificar a diversificação da carteira de clientes, e gerar novos negócios. Isso é o resultado expressivo da expansão das receitas no mercado privado, que representou 16,4% de toda receita líquida apurada no período entre janeiro a dezembro de 2022.

Em meio a essas interações, o SERPRO demonstrou resiliência, agilidade e atuou tempestivamente para responder aos estímulos externos, de modo a minimizar a intensidade dos efeitos adversos em seu desempenho empresarial.

A administração do SERPRO segue atenta ao contexto econômico, para antecipar medidas necessárias que assegurem a sustentabilidade econômica e financeira. As medidas que já fazem parte das estratégias empresariais são: contenção de gastos, otimização de recursos, aumento de produtividade e minimização dos potenciais impactos negativos financeiros.

**2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras**

**2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações contábeis estão em conformidade com as práticas legais adotadas no Brasil, ponderando a conversão às normas internacionais de contabilidade.

A Empresa segue na íntegra os normativos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, as Resoluções da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, e as Normas Brasileiras de Contabilidade, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

As demonstrações apresentadas são consideradas intermediárias e estão em conformidade com a NBC TG 21(R4), suas recentes alterações e demais NBC vigentes. Estas representam informações que proporcionam aos seus usuários uma visão detalhada e transparente das operações, da posição patrimonial e da movimentação financeira, seguida da aprovação da alta administração.

**2.2 Emissão e divulgação**

A emissão e divulgação das demonstrações financeiras do exercício de 2022, encerrado em 31 de dezembro do mesmo ano, foram autorizadas pela administração da Empresa em reunião de 01 de fevereiro de 2023.

**2.3 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto os ativos financeiros, avaliados a valor justo e refletidos no Patrimônio Líquido. As provisões trabalhistas, cíveis e administrativas foram mensuradas pelo valor atual estimado da obrigação, e suas variações impactaram diretamente no resultado do exercício. Já as provisões matemáticas relativas aos benefícios pós-emprego da Empresa, mensuradas pelo valor presente líquido das obrigações, impactaram tanto no resultado do exercício quanto em outros resultados abrangentes – ORA (Patrimônio Líquido).

**2.3.1 Mensuração do valor justo**

A mensuração a valor justo dos ativos financeiros se dá pela abordagem do mercado principal. Os preços utilizados contêm informações relevantes do produto em transações no mercado e envolvem ativos ou passivos considerados semelhantes.

**2.4 Base de apresentação**

As demonstrações financeiras de dezembro de 2022 foram elaboradas com a finalidade de fornecer informações aos usuários, de modo a evidenciar as ocorrências mais significativas no exercício. Ao analisar as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022, deve-se considerar esta Nota Explicativa – NE como parte integrante das ponderações.

**2.4.1 Moeda funcional**

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Serpro. As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais arredondadas para o número mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**2.4.2 Apresentação pelo valor líquido**

As contas ativas e passivas que guardam, em sua essência, relações entre si foram consideradas pelo valor líquido em razão de possuírem natureza semelhante.

**2.5 Estimativas e julgamentos**

Na preparação das demonstrações financeiras foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas que afetaram valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os valores definitivos das transações somente serão conhecidos por ocasião da sua liquidação. Estimativas e premissas são revistas de forma contínua, e suas revisões são reconhecidas prospectivamente.



## 2.6 Reclassificações

Para fins de comparabilidade e melhor avaliação das situações apresentadas, algumas informações relativas aos períodos anteriores foram reclassificadas. Tais reclassificações não atendem ao critério de materialidade e, portanto, não são objetos de reapresentação de balanço. Em síntese, representam alterações de nomenclatura de grupo das demonstrações, reclassificação de valores ou revisão de agrupamento de contas.

Em 2022, após revisão do agrupamento de contas, foram reclassificadas despesas de remunerações de pessoal, incorporadas por sentenças judiciais, e receitas financeiras do grupo resultados com ações judiciais para despesas com pessoal e benefícios, e resultado financeiro do exercício de 2021, conforme demonstrado:

DRE	Dez/2021 Reclassificado	Reclassificações	Dez/2021 Publicado
Despesas com pessoal e benefícios	(519.756)	(21.891)	(497.865)
Resultado com ações judiciais	(31.456)	21.881	(53.331)
Resultado Financeiro	73.140	16	73.124

### 2.6.1 Reclassificações na Reconciliação dos Fluxos de Caixa – Método Indireto

A DFC Indireta de 2021, apresentada na nota 4.3 - Reconciliação dos Fluxos de Caixa – Método Indireto, sofreu alterações em relação à publicada, decorrentes do Ajuste de Exercícios anteriores (NE 3) no lucro líquido e na depreciação; e entre rubricas que compõem o Caixa gerado nas atividades operacionais, as movimentações patrimoniais e juros pagos, a saber:

	Reclassificado	Reclassificações	Publicado
Lucro líquido do exercício	345.652	(45.332)	390.984
Depreciação e amortização	100.762	(58)	100.820
Provisões Trabalhistas, Fiscais, Cíveis e Administrativas	7.113	12.175	(5.062)
Créditos Diferidos	125.252	(103.786)	229.038
Receitas Financeiras	(11.458)	(1.845)	(9.613)
Resultado na Alienação e Baixa de Imobilizado	9.029	(84)	9.113
Movimentações Ativas	(179.287)	56.466	(235.699)
Movimentações Passivas	133.786	80.619	53.167
Juros Pagos	1.845	1.845	-
<b>Totais</b>	<b>532.694</b>	<b>-</b>	<b>532.748</b>

### 2.6.2 Reclassificações na Demonstração do Valor Adicionado – DVA

A DVA publicada em DEZ/2021 quando comparada com a DVA apresentada neste exercício, teve o Valor Adicionado total a distribuir reduzido em R\$ 42,8 milhões em virtude dos ajustes de exercício anterior de R\$ 64,7 milhões (NE 3.3) deduzido da reclassificação entre as despesas com pessoal e benefícios e Resultados com Ações Judiciais de R\$ 21,9 milhões (NE 2.6). Além disso, houve reclassificação de R\$ 8,9 milhões de Lucros Retidos para Acionistas.

DVA	Dez/2021 Reclassificado	Reclassificações	Dez/2021 Publicado
<b>Receitas</b>	<b>3.273.546</b>	<b>(19.469)</b>	<b>3.293.015</b>
Receita Operacional Bruta	3.413.746	-	3.413.746
Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	(26.312)	(55)	(26.257)
Descontos Concedidos	(108.525)	-	(108.525)
Vendas Canceladas	(4.150)	-	(4.150)
Outros valores	(1.213)	(19.414)	18.201
Insumos adquiridos de terceiros	(467.116)	(45.336)	(421.780)
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>2.806.430</b>	<b>(64.805)</b>	<b>2.871.235</b>
<b>Retenções</b>	<b>(132.218)</b>	<b>21.933</b>	<b>(154.151)</b>
Depreciações e Amortizações	(100.762)	58	(100.820)
Resultados com Ações Judiciais	(31.456)	21.875	(53.331)
<b>Valor adicionado líquido</b>	<b>2.674.212</b>	<b>(42.872)</b>	<b>2.717.084</b>
Recebido de terceiros	90.805	16	90.788
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>2.765.017</b>	<b>(42.855)</b>	<b>2.807.872</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>	<b>Dez/2021</b>	<b>Dez/2021</b>	<b>Dez/2021</b>
Empregados (Salários, Encargos, Benefícios), Governo (Impostos e Contribuições)	1.580.184	21.891	1.558.293
Capitais de Terceiros	26.163	-	26.163
Acionistas (Dividendos juros e JCP)	391.481	8.975	382.506
Lucros Retidos	(45.197)	(73.721)	28.524
<b>Valor adicionado total distribuído</b>	<b>2.765.017</b>	<b>(42.855)</b>	<b>2.807.872</b>

### 2.7 Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC

O SERPRO opta pela apresentação da Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC pelo método direto, com conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais. A NE 4.3 detalha a DFC pelo método indireto.

### 2.8 Demonstração do Valor Adicionado – DVA

A Demonstração do Valor Adicionado – DVA representa um dos elementos componentes do Balanço Social e tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Empresa e sua distribuição, durante determinado período.

### 3. Políticas contábeis e correção de erros

#### 3.1 Políticas Contábeis

Até o encerramento de dezembro de 2022, as práticas contábeis aplicadas pelo SERPRO para elaboração das demonstrações financeiras estão apresentadas ao longo desta Nota Explicativa. Cálculos e julgamentos realizados no mesmo período do ano anterior, não foram diferentes, em nenhum aspecto relevante das demonstrações anuais. Portanto, não houve alteração significativa de entendimento ou interpretação de normativo, que tenha impactado as demonstrações financeiras, inclusive a NBC Revisão nº 13 de 07/04/2022.

#### 3.2 Retificações de erro

Com as adequações nos procedimentos contábeis, no que se refere a desoneração no repasse dos clientes RFB e ME, houve o reconhecimento dos valores provisionados nos exercícios 2019 a 2021, destarte, os impactos nas demonstrações contábeis foi de R\$ 104,5 milhões sendo que R\$ 58,9 milhões em Ajuste de Exercícios anteriores e R\$ 45,6 milhões no Resultado do Exercício de 2022 como despesa financeira. Para atender o que preconiza o Pronunciamento Contábil CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro, o Serpro irá reapresentar os Balanços dos anos de 2019 a 2021.

Para atender ao que preconiza o Pronunciamento Contábil CPC 23 (R2) - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro, ajustes de desoneração no repasse dos clientes, realização de reserva de reavaliação e depreciação de imóveis, foram Reapresentadas nos Balanços e nos Resultados dos anos de 2019, 2020 e 2021. Os efeitos tributários estão refletidos na apuração dos Tributos sobre o Lucro do exercício atual. Por não configurar postergação de imposto, serão apresentados na ECF como lançamento temporâneo.

#### 3.2.1 Desoneração no repasse dos clientes

O efeito deste ajuste ocorreu retrospectivamente a 2019 a 2021, no valor total de R\$ 58,9 milhões para os clientes vinculados ao Ministério da Fazenda (Medida Provisória nº 1.154/2023, art. 51, IV, a), a título de desconto concedido para exploração de serviços prestados aos clientes privados.

#### 3.2.2 Correção de erro em realização da reserva de reavaliação

Refere-se a correção de realização de reserva, que após o retorno da depreciação, em 2019, considerou a depreciação e baixa de parcela não reavaliada de imóveis, R\$ 6,8 milhões.

#### 3.2.3 Correção de erro em depreciação

As correções de erros se devem às diferenças de cálculos da depreciação de R\$ 942 mil.

#### 3.3 Montante dos Ajustes

Exercício	Reserva			Total no Período	Total Acumulado
	Imobilizado	Desoneração	Reavaliação		
2019	884	(5.990)	(6.322)	(11.428)	(11.428)
2020	-	(7.482)	(228)	(7.710)	(19.138)
2021	58	(45.390)	(276)	(45.608)	(64.746)
<b>Total</b>	<b>942</b>	<b>(58.862)</b>	<b>(6.826)</b>	<b>(64.746)</b>	

#### 3.4 Ajustes que modificam o Resultado

Exercício	Imobilizado	Desoneração	Acumulado		No Período
			(5.106)	(5.106)	
2019	884	(5.990)	(5.106)	(5.106)	(7.482)
2020	884	(13.472)	(12.588)	(12.588)	(7.482)
2021	942	(58.862)	(57.920)	(57.920)	(45.332)

Os ajustes de reservas de reavaliação não alteram os resultados publicados.

#### 3.5 Impacto nas demonstrações financeiras

Com as adequações supramencionadas nos procedimentos contábeis, houve o reconhecimento dos valores provisionados nos exercícios de 2019, 2020 e 2021. Destarte, os impactos nas demonstrações contábeis foram de R\$ 58,9 milhões referentes ao Ajuste de Exercícios anteriores.

No que se refere às correções de erro na realização da reserva de reavaliação, estes foram totalmente incorporados ao ajuste de exercício anterior, no valor de R\$ 1,7 milhão.

As correções nos cálculos dos erros das depreciações tiveram os seus efeitos de R\$ 58 mil em ajuste de exercício anterior.

Exercício	Balanço Patrimonial			Resultado do Exercício		
	Ativo Imobilizado	Obrigações a pagar	Patrimônio Líquido	Publicado	Reapresentado	Publicado
2019	476.669	477.553	653.603	1.011.724	511.815	506.709
2020	548.144	549.027	869.638	1.735.624	441.447	433.965
2021	607.182	608.124	762.014	820.876	1.921.219	1.863.299
				390.984	345.652	

### 4. Caixa e equivalentes de caixa

#### Política Contábil

Compreendem os saldos de caixa e aplicações financeiras com realização imediata, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. O risco de alteração no valor justo é irrelevante.

Descrição	Dez/2022		Dez/2021	
	Publicado	Reapresentado	Publicado	Reapresentado
Caixa/Bancos	2.006	2.006	478	478
Aplicação financeira	1.858.737	1.858.737	1.869.271	1.869.271
<b>Caixa e equivalente de caixa</b>	<b>1.860.743</b>	<b>1.860.743</b>	<b>1.869.749</b>	<b>1.869.749</b>

#### 4.1 Bancos conta movimento

O valor de R\$ 2 milhões se refere, em ampla maioria, aos recebimentos de clientes públicos e privados, sendo R\$ 1,7 milhão em conta internacional, com dólar cotado a R\$ 5,2177 em 31/12/2022.

#### 4.2 Aplicações financeiras

Descrição	Período	Saldo aplicado	Rentabilidade(%)	Receita Financeira	Tributos sobre RF	Rendimento líquido
BB Extramercado	1º Tr/2022	979.632	2,1966	21.449	2.911	18.538
	2º Tr/2022	718.938	4,8917	20.460	6.793	13.667
	3º Tr/2022	980.953	7,3186	29.977	2.818	27.160
	4º Tr/2022	1.096.594	11,8564	29.223	5.576	23.647
CAIXA FI	1ºTr/2022	688.059	2,2668	15.398	83	15.315
	2ºTr/2022	641.223	4,9421	17.379	6.458	10.921
	3ºTr/2022	627.018	7,3696	21.112	381	20.731
	4ºTr/2022	762.143	11,9516	19.772	4.338	15.434
Saldo Acumulado	1ºTr/2022	1.667.691	36,847	2.994	33.853	24.588
	2ºTr/2022	1.360.161	37,839	13.251	3.198	47.891
	3ºTr/2022	1.607.972	48,996	9.915	39.081	145.413
	4ºTr/2022	1.858.737	174,771	29,358	145,413	

Trata-se de aplicações de alta liquidez. Nos termos da Resolução BCB 3.284 de 2005, o saldo de R\$1,85 bilhões está aplicado em fundos de investimento extramercado comuns, administrados pela Caixa Econômica Federal – CEF e pelo Banco do Brasil S.A. – BB. Os fundos extramercado destinados às Empresas Públicas são compostos da seguinte forma: 75%, no mínimo, atrelados às emissões de títulos públicos do Tesouro Nacional e 25%, no máximo, em certificados ou recibos de depósito bancário de

emissão de instituição integrante do conglomerado financeiro liderado pela CEF ou BB.

Esses fundos apresentam baixo risco, liquidez diária (D+0) e taxa de administração de 0,10% a.a. Devido à composição do fundo, a tendência do rendimento é influenciada pelo comportamento da taxa básica de juros, SELIC. O rendimento líquido das aplicações financeiras até 31 de dezembro de 2022 foi R\$ 145,4 milhões.

#### 4.3 Reconciliação dos Fluxos de Caixa – Método Indireto

Descrição	Dez/2022	Dez/2021 Reclassificado	Dez/2021 Publicado
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>559.709</b>	<b>345.652</b>	<b>390.984</b>
<b>Resultados que não afetaram o caixa</b>	<b>134.859</b>	<b>270.437</b>	<b>363.980</b>
Depreciação e amortização	147.730	100.762	100.820
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas	41.319	26.312	26.257
Provisão acordo coletivo de trabalho	-	(19.281)	(19.281)
Provisões Trabalhistas, Fiscais, Cíveis e Administrativas	(18.799)	7.113	(5.062)
Provisões Plano de Previdência Complementar	8.040	37.669	37.669
Créditos tributários diferidos	(4.280)	125.252	229.038
Softwares Desenvolvidos	(11.357)	(4.961)	(4.961)
Baixa de Ativo Imobilizado	(27.794)	9.029	9.113
Receitas Financeiras	-	(11.458)	(9.613)
<b>Lucro ajustado</b>	<b>694.568</b>	<b>616.089</b>	<b>754.964</b>
Movimentações Patrimoniais Ativas	(206.045)	(179.287)	(235.698)
Movimentações Patrimoniais Passivas	252.892	133.786	53.167
Juros Pagos sobre dividendos	13.657	1.845	-
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais (a)</b>	<b>755.072</b>	<b>572.433</b>	<b>572.433</b>
Imobilizado / Intangível	(360.784)	(175.836)	(175.836)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos (b)</b>	<b>(360.784)</b>	<b>(175.836)</b>	<b>(175.836)</b>
Dividendos pagos	(403.293)	(221.344)	(221.344)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento (c)</b>	<b>(403.293)</b>	<b>(221.344)</b>	<b>(221.344)</b>
Aumento caixa e equivalentes de caixa no período (a)+(b)+(c)	(9.005)	175.253	175.253
Saldo inicial – Caixa e Equivalentes de Caixa	1.869.748	1.869.495	1.869.495
<b>Saldo final – Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>1.860.743</b>	<b>1.869.748</b>	<b>1.869.748</b>

### 5. Clientes

#### Política Contábil

Não possuem componentes de financiamento; representam o valor acordado entre as partes, com vencimento médio de trinta dias; não ultrapassam um exercício financeiro, não sendo aplicável também o cálculo de ajuste a valor presente; nos termos da NBC TG 48, o modelo de negócio referente a este ativo tem como objetivo a manutenção de ativos para receber fluxos de caixa contratuais, assim, reconhecidos pelo custo amortizado.

Descrição	Dez/2022	Dez/2021
Créditos a receber a faturar	278.166	159.152
Créditos a receber de clientes a vencer	252.934	116.578
Vencidos até 30 dias	43.084	17.433
Vencidos de 31 a 60 dias	9.979	11.537
Vencidos de 61 a 90 dias	10.312	3.988
Vencidos de 91 a 180 dias	27.843	43.228
Vencidos de 181 a 365 dias	53.386	73.214
Vencidos mais de 365 dias	184.245	230.934
<b>Créditos a receber</b>	<b>859.979</b>	<b>656.064</b>
Perdas Incorridas	(92.617)	(42.379)
Perdas Estimadas	(76.371)	(83.319)
<b>Total Perdas</b>	<b>(169.348)</b>	<b>(125.698)</b>
<b>Total</b>	<b>690.631</b>	<b>530.366</b>

#### 5.1 Perdas Estimadas para crédito em liquidação duvidosa – PECLD

#### Política Contábil

O cálculo considera: o perfil de pagamento dos clientes; a probabilidade de perda ao longo das faixas de inadimplência; a recuperabilidade desses valores de acordo com a série histórica; e previsões de condições econômicas futuras. Os tipos de clientes são segmentados nas categorias Clientes Públicos OGU, Clientes Públicos Não OGU e Mercado Privado. A partir desta segmentação, é analisado o comportamento histórico do desempenho de pagamentos dos clientes. E permanecem incluídos também como PECLD os valores em avaliação de direito registrados no ativo não circulante.

#### 5.1.1 PECLD de curto prazo

Movimentação	Estimada	Incorrida	Total
Saldo em Dez/2021	(83.319)	(42.379)	(125.698)
Constituição	(26.773)	(60.603)	(87.376)
Reversão	33.361	10.365	43.726
<b>Saldo em Dez/2022</b>	<b>(76.731)</b>	<b>(92.617)</b>	<b>(169.348)</b>

Os valores dos créditos a receber de clientes, no encerramento do trimestre, registrados no curto prazo, são apresentados no balanço, deduzidos das perdas estimadas (R\$76,7 milhões), e das perdas incorridas (R\$92,6 milhões), perfazendo um total de R\$ 169,3 milhões.

### 6. Créditos tributários

#### Política Contábil

Em créditos de tributos federais são registrados: valores de IRPJ e CSLL relativos ao saldo negativo da apuração dos exercícios anteriores até sua utilização ou baixa; retenções sobre os rendimentos financeiros e recebimentos de serviços; pagamentos por estimativa mensal; e tributos devidos no final do período, todos nos termos da legislação vigente. Em créditos de tributos municipais são registrados créditos a recuperar junto às secretarias de fazenda.

Descrição	Dez/2022	Dez/2021
<b>Tributos Federais – IRPJ e CSLL</b>	<b>133.123</b>	<b>104.591</b>
IR e CSLL a recuperar/compensar	221.375	201.973
IRRF a compensar	36.079	6.404
IRPJ a		



SERPRO aguarda providências por parte da RFB, no sentido de disponibilizar valores para levantamento ou compensação.

**11. Créditos realizáveis a longo prazo**

Valores relativos a 42,7% do precatório das Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Santa Catarina – LFTSC devidos à Patrocinadora SERPRO pela EFPC SERPROS, conforme contrato de migração do plano de aposentadoria PS I para o PS II. Valor original de R\$ 60,2 milhões. E o valor atualizado até o encerramento é de R\$ 95,5 milhões, em 2022.

**12. Imobilizado**

Política Contábil  
Bens mensurados pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. Nos casos em que não for possível fazer estimativa confiável do preço de venda de um ativo, utiliza-se o valor em uso.  
A depreciação é calculada para abater o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

Descrição	Dez/2022	Dez/2021
Bens Móveis e Imóveis	1.723.256	1.503.544
Depreciação e Amortização	(837.266)	(896.361)
<b>Total</b>	<b>818.130</b>	<b>607.183</b>

Descrição	Saldo Dez/2022	Depreciação/Amortização	Valor líquido	
			Dez/2022	Dez/2021
Edifícios	145.174	(46.253)	98.921	99.774
Terrenos	52.497	-	52.497	56.491
Obras em andamento	21.731	-	21.731	14.754
Instalações	141.383	(134.086)	7.297	28.482
Benefitorias propr. terceiros	1.817	(1.813)	4	97
IPC/90	-	-	19.210	16.679
Bens móveis	1.341.445	(655.097)	1.274.446	390.906
<b>Total</b>	<b>1.723.256</b>	<b>(837.266)</b>	<b>1.474.105</b>	<b>607.183</b>

As vidas úteis do ativo imobilizado para o exercício corrente e exercícios comparativos são estimadas pelos gestores, conforme especificidade do ativo, e são revisadas periodicamente. Em média, foram assim atribuídas:

Descrição	Vida útil (em anos)
Edifícios	57
Instalações	5
Móveis e utensílios	10
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10
Equipamentos de TI	10
Veículos	10

**12.1 Adições e Exclusões**

Descrição	Saldo				Saldo Dez/2022
	Dez/2021	Adições	Baixas	transferências	
Edifícios	145.174	6.958	(3.527)	-	148.605
Terrenos	56.491	24.472	(14.533)	-	66.430
Obras em andamento	14.754	8.422	-	(1.443)	21.733
Instalações	141.452	502	(169)	1.443	143.228
Benefitorias propr. de terc.	1.817	-	-	-	1.817
IPC/90	19.210	-	(19.210)	-	-
Bens móveis	1.124.645	152.519	(3.582)	-	1.273.582
<b>Total</b>	<b>1.503.544</b>	<b>192.873</b>	<b>(41.021)</b>	<b>-</b>	<b>1.655.395</b>

O quadro reflete aquisições e alienações do imobilizado, desconsiderando os efeitos da movimentação da depreciação e da amortização.

**12.2 Movimentação da depreciação e amortização**

Descrição	Saldo		Depreciação/Amortização		Saldo Dez/2022
	Dez/2021	Adições	Baixas	transferências	
Edifícios	-	(45.400)	-	(853)	(46.253)
Terrenos	-	-	-	-	-
Obras em andamento	-	-	-	-	-
Instalações	-	(112.971)	-	(21.115)	(134.086)
Benefitorias propr. terc.	-	(1.720)	-	(93)	(1.813)
IPC/90	-	(2.531)	-	2.531	-
Bens móveis	-	(733.740)	-	78.643	(655.097)
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>(896.361)</b>	<b>-</b>	<b>(59.095)</b>	<b>(837.266)</b>

**13. Intangível**

Política Contábil  
Trata-se de gastos incorridos associados diretamente a softwares identificáveis e únicos. São mensurados pelo custo de aquisição, deduzidos das amortizações acumuladas. No caso, dos softwares desenvolvidos internamente, deduz-se também os gastos envolvidos até que este esteja pronto para uso, quando se inicia a amortização.

Descrição	Dez/2021	Adições	Dez/2022
Softwares	695.362	50.131	745.493
Adquiridos	690.401	38.775	729.176
Desenvolvidos para uso interno	4.961	11.357	16.317
<b>(Amortização acumulada e Perdas Estimadas)</b>	<b>(604.298)</b>	<b>(33.708)</b>	<b>(638.007)</b>
Softwares adquiridos	(604.279)	(33.000)	(637.279)
Softwares desenvolvidos para uso interno	(20)	(144)	(164)
Perdas Estimadas por Redução ao valor recuperável	-	(564)	(564)
<b>Total</b>	<b>91.063</b>	<b>16.423</b>	<b>107.487</b>

Descrição	Vida útil definida	
	Prazo	
Softwares adquiridos	2 a 7 anos	
Softwares desenvolvidos para uso interno	10 anos	

**13.1 Revisão da vida útil dos softwares internos**

As vidas úteis dos softwares internos até 2021 era de 57 anos. O critério adotado para a sua amortização era a idade do SERPRO no ano correspondente. Em dezembro de 2022, foi realizado um novo estudo para revisão dos prazos das vidas úteis e houve uma redução para 10 anos. O critério foi baseado no padrão de mercado de TI.

**13.2 Teste de impairment**

Em 2010, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu o CPC 01 (R1) que trata sobre a Redução ao valor recuperável de ativos, com o objetivo de assegurar que os ativos registrados no balanço da empresa estejam com o valor que não exceda aquilo que possa ser recuperado através da venda desses ativos ou pelo seu uso para gerar receita.

No Serpro o processo do teste de impairment é realizado pela Comissão de Avaliação de Ativos (CAA), com mem-bros das Diretorias de Administração, de Desenvolvimento e de Operações. Essa comissão é permanente e analisa se há indícios de bens em processo de descontinuidade ou que podem sofrer desvalorização do seu valor recuperável. Ao analisar os softwares internos verificou-se que haviam intangíveis que foram descontinuados pela Empresa. Desta forma, foi efetuado baixa por desvalorização do ativo, no valor de R\$ 564,3 mil.

**14. Consignações**

Descrição	Dez/2022	Dez/2021
Previdência social	16.637	14.359
Crédito Tributário do Ativo	-	(4)
Pensão alimentícia	57	70
IRRF	39.961	33.591
Tributos federais retidos	7.531	2.582
ISS	551	753
Plano de previdência e assistência médica	15.522	27.617
Entidades representativas de classes	177	158
Empréstimos, retenções e consignatários	4.957	4.174
<b>Total</b>	<b>85.393</b>	<b>83.300</b>

**15. Tributos e encargos sociais**

Política Contábil  
Trata-se de retenções na folha de pagamento de empregados e tributos retidos de fornecedores.

Descrição	Dez/2022	Dez/2021
Passivo fiscal diferido	68.187	42.184
PASEP / COFINS a recolher	36.811	74.953
CPRB a recolher	14.749	14.725
FGTS	14.599	12.723
ISS a recolher	8.346	6.079
Outros tributos	1.166	1.062
<b>Total</b>	<b>143.858</b>	<b>151.726</b>

**15.1 PASEP/ COFINS a recolher**

As contribuições estão relacionadas à movimentação do recebimento dos clientes, tendo em vista que o recolhimento da maioria dessas contribuições ocorre por ocasião do recebimento.

**15.2 Outros tributos diferidos**

Descrição	Dez/2022	Dez/2021
IRPJ/ CSLL	32.503	17.805
Demais Tributos s/ Receita Bruta	35.683	24.380
<b>Total</b>	<b>68.186</b>	<b>42.185</b>

As contribuições estão relacionadas à movimentação do recebimento dos clientes, tendo em vista que o recolhimento da maioria dessas contribuições ocorre por ocasião do recebimento.

**16.Obrigações a pagar**

Política Contábil  
São obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal do negócio.

Para reconhecimento e mensuração de contas a pagar e fornecedores, os seguintes critérios são considerados:

1. Os valores de fornecedores e contas a pagar não possuem componente de financiamento, uma vez que representam o valor acordado entre as partes, com vencimento no curto prazo, não sendo aplicável também o cálculo de ajuste a valor presente.

2. É reconhecido pelo custo amortizado, e não se altera a forma anterior de reconhecimento. O objetivo é financiar as atividades operacionais e as mantidas até o vencimento com o próprio desempenho empresarial.

**16.1 Fornecedores**

Descrição	Dez/2022	Dez/2021
A vencer	318.600	219.846

A variação se deve, principalmente, ao aumento do nível de execução de gastos com custeio. Notadamente contratações de subscrição de softwares, contratações de consultorias técnicas em softwares e Locações de Hardware. Houve ainda um aumento do nível de execução de gastos com investimentos no exercício, cujo reflexo pode ser observado nas movimentações do imobilizado.

**17. Pessoal a pagar e encargos trabalhistas**

Descrição	Dez/2022	Dez/2021
Férias	215.336	193.365
Licença prêmio	156.969	132.378
Programa Demissão Voluntária - PDV	4	21.560
Outras obrigações com pessoal	4.396	4.735
<b>Total</b>	<b>376.705</b>	<b>352.038</b>

As variações nas rubricas ora destacadas se referem à aprovação do ACT 2022/2023, com base no INPC de 12,47%. A variação na rubrica PDV decorre de pagamentos efetuados ao longo do exercício, referente ao programa de 2021.

**18. Processo Trabalhista a Pagar**

Neste grupo, são registrados os valores a pagar decorrentes de acordos judiciais. Em 2022 foram pagos os valores referentes ao acordo trabalhista de processos movidos por empregados do quadro externo, cedidos à Receita Federal do Brasil e do quadro interno. Os pagamentos das parcelas mensais, referentes ao quadro externo, foram ressarcidos pela União. (NE 07)

**19. Benefícios a empregados**

19.1 Planos de previdência complementar oferecidos pelo SERPRO

Administrados pela EFPC SERPROS, constituída sob a forma de sociedade civil sem fins lucrativos, com autonomia administrativo-financeira e personalidade jurídica de direito privado.

Descrição	Tipo	Características	
		Plano PS-I	Plano PS-II
Benefício Definido-BD	Plano saldaado desde 01/04/2013, sob amparo legal e cujos benefícios já foram concedidos		
Plano PS-II	Plano de Contribuição Variável - CV	Plano aberto para novas adesões e possui características de Contribuição Definida (CD), na fase de acumulação e de Benefício Definido (BD), na fase de pós-concessão.	

**19.1.1 Obrigações a pagar com plano de previdência**

Descrição	Dez/2022	Dez/2021
Ações de Cobrança	13.344	13.344
Contribuições paritárias	17.126	448
<b>Total</b>	<b>30.470</b>	<b>13.792</b>

**19.2 Assistência à Saúde**

Oferecido pelo SERPRO aos empregados e seus respectivos dependentes, pelo Programa de Assistência à Saúde do SERPRO – PAS/SERPRO.

**19.2.1 Custeio do benefício de assistência à saúde**

O SERPRO mantém como boas práticas medições dos custos dos benefícios de assistência à saúde dos empregados, por meio de controles internos e indicadores implantados, incluindo o custo para a Estatal desses benefícios.

Descrição	Gasto com saúde	
	Dez/2022	Dez/2021
Utilização Plano de Saúde	251.571	228.792
Despesas Administrativas	37.306	33.885
<b>Total</b>	<b>288.877</b>	<b>262.677</b>

Descrição	Participação no custeio	
	Dez/2022	Dez/2021
Participação dos Empregados + PSE	175.692	152.454
Participação Empresa	113.185	110.223
<b>Total</b>	<b>288.877</b>	<b>262.677</b>

**19.3 Auxílio-alimentação**

Concedido mensalmente aos empregados e aos dirigentes na modalidade de cartão eletrônico.

Descrição	Características	
	Dez/2022	Dez/2021
Empregados: R\$ 1.125,84 fixado em Acordo Coletivo de Trabalho-ACT 2022/2023		
Dirigentes: R\$ 778,03 desde abril/2019, conforme autorização emitida pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais-SEST		

**19.4 Plano odontológico**

Benefício oferecido aos empregados e ex-empregados, a seus dependentes e agregados, por meio do Plano Odontológico PREVIDENT, mediante adesão voluntária.

**20. Participação nos lucros ou resultados**

O saldo de R\$ 30,5 mi, sendo R\$ 29,3 milhões, a ser distribuído, da participação de empregados e R\$ 1,06 milhão de administradores, segue os critérios definidos nos programas de Participação nos Lucros ou Resultados dos empregados – PLR 2022 e Remuneração Variável de Administradores – RVA 2022. A participação dos administradores foi elaborada em atendimento ao disposto no Decreto 8.945/2016. O pagamento ocorre conforme cronograma de desembolso estabelecido pelo referido programa e após a aprovação do resultado do exercício em Assembleia Geral Ordinária – AGO.

**21. Dividendos e Juros sobre capital próprio**

O saldo de R\$ 116,7 milhões foi registrado como remuneração mínima obrigatória ao acionista e corresponde aos juros sobre capital próprio – JSCP, com base no percentual limite da TJLP 2022. Adicionalmente, foi proposto o pagamento do lucro remanescente, como remuneração adicional, representado em Reserva de Dividendos Adicionais Propostos, no Patrimônio Líquido. (NE 25.2.2.3).

**22. Obrigações tributárias**

Descrição	Dez/2022	Dez/2021
PASEP/COFINS a recolher	396.188	246.511
ISS a recolher	203.085	144.818
ISS renegociado	47.442	38.755
IPU a Recolher	4.220	3.211
<b>Total</b>	<b>650.935</b>	<b>433.295</b>

**22.1 PASEP/ COFINS a recolher**

Representa o somatório das contribuições sobre serviços prestados a clientes da Administração Pública, que sofreram alteração do regime de tributação não cumulativo para o regime cumulativo. Isso decorre da aplicação da imunidade tributária, a partir de março de 2020 (R\$ 384,8 milhões), e as contribuições incidentes sobre as faturas em avaliação de direito ora classificadas no ativo não circulante (R\$ 11,4 milhões).

**22.2 ISS a recolher**

Trata-se de provisionamento de obrigação (R\$ 203,1 milhões) devido à aplicação da imunidade tributária. Até o encerramento de 2022, esse benefício foi mantido em Brasília e nas seguintes localidades da esfera municipal: São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Salvador, Porto Alegre, Belo Horizonte, Fortaleza, Belém, Campo Grande, Goiânia e Rio Branco. Na esfera estadual, manteve-se a imunidade no Rio Grande do Sul. Quanto ao ISS-DF, esse está registrado como provisões administrativas para devolução ao cliente.

**22.3 ISS renegociado**

São os parcelamentos de débitos atualizados junto à Prefeitura de São Paulo, com pagamento suspenso, em decorrência da ação de imunidade tributária, ajuizada em 2019.

**22.4 IPTU a recolher**

Refere-se aos impostos com pagamento suspenso em decorrência das ações de imunidade tributária, junto às prefeituras, com decisões provisórias.

**23. Provisões Judiciais e administrativas**

Descrição	Dez/2022	Dez/2021
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	414.868	433.577
Provisões administrativas	62.366	56.996
<b>Saldo</b>	<b>477.234</b>	<b>490.573</b>

**23.1 Provisões Judiciais - trabalhistas, cíveis e fiscais**

Política Contábil  
Consideram os processos judiciais classificados como estratégicos e não estratégicos e que atendem aos requisitos de provisão estabelecidos na NBC TG 25 (R2). Os processos classificados como estratégicos são aqueles que possuem risco de sucumbência com desembolso acima de R\$1,2 milhões na data da provisão e os processos classificados como não estratégicos são aqueles cujos valores de risco são inferiores a R\$1,2 milhões.  
Os processos estratégicos e os não estratégicos podem ser considerados com risco de perda provável ou possível. Os processos estratégicos provisionados, considerados com risco de perda provável, possuem uma estimativa confiável de seu valor e que se trata de uma obrigação presente, independentemente da fase processual.  
Os riscos dos processos estratégicos são atribuídos pelo advogado. Seu o reconhecimento é realizado pela contabilidade, e a mensuração é responsabilidade do perito assistente com base nas decisões proferidas no processo, observando o cálculo homologado, o cálculo incontroverso e o cálculo do SERPRO com base nos pedidos do reclamante, respectivamente.  
Os processos não estratégicos, considerados como risco de perda provável, são provisionados por meio da aplicação da metodologia do tiquete médio de pagamentos (por tipo de pedido principal) dos processos arquivados nos últimos 5 anos, multiplicado pela quantidade dos processos ativos no período em análise.  
Quanto aos riscos de perdas possíveis, os processos não foram considerados como provisionáveis, ou seja, o seu risco avaliado como abaixo de provável, não possuem uma estimativa confiável do seu valor, por não se tratar de uma obrigação presente.

**23.1.1 Movimentação dos processos trabalhistas, cíveis e fiscais**

Descrição	Total
Saldo da provisão 31/12/2021	433.577
Processos que entram na provisão	4.309
Processos que saíram da provisão	(4.059)
Majoração nos processos anteriormente provisionados	7.273
Redução nos processos anteriormente provisionados	(457)
Saldo da provisão 31/03/2022	440.643
Processos que entraram na provisão	35.146
Processos que saíram da provisão	-
Majoração nos processos anteriormente provisionados	9.364
Redução nos processos anteriormente provisionados	(2.130)
Saldo da provisão 30/06/2022	483.023
Processos que entraram na provisão	61.892
Processos que saíram da provisão	(23.044)
Majoração nos processos anteriormente provisionados	8.217
Redução nos processos anteriormente provisionados	(137.174)
Saldo da provisão 30/09/	



Risco Processual Possível	Dez/2022		Set/2022		Jun/2022		Mar/2022		Dez/2021	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
Processos Trabalhistas	198	58.101	215	71.697	3	36.353	2	45.777	2	44.948
Processos Cíveis	16	156.473	14	133.073	16	167.638	15	171.767	14	165.916
Processos Tributários	1	19.663								
<b>Total</b>	<b>215</b>	<b>234.237</b>	<b>229</b>	<b>204.770</b>	<b>19</b>	<b>203.991</b>	<b>17</b>	<b>217.544</b>	<b>16</b>	<b>210.864</b>

Vale destacar que, a administração realiza monitoramento contínuo dos processos, de modo que, a avaliação dos riscos de desembolso, a necessidade de reconhecer como provisões e a realização de estimativa confiável sejam analisadas e revistas periodicamente pelas áreas responsáveis.

23.1.4 Declaração da Administração quanto ao reconhecimento e divulgação de provisões judiciais

A apropriação das provisões judiciais cumpre a norma contábil, o que não representa o reconhecimento da perda dos processos por parte da Empresa, visto que processo ainda está em andamento.

23.2 Provisões administrativas tributárias

Política Contábil

Os tributos de natureza indireta incluídos nos preços dos serviços prestados a órgãos e entidades da Administração Pública, e não recolhidos em virtude da aplicação de imunidade tributária, são registrados em provisões administrativas no passivo não circulante, para ressarcimento aos clientes, após decisão definitiva favorável pelo Fisco. Nos casos em que a decisão judicial ou administrativa ainda está em fase preliminar, o registro dessas provisões ocorre no passivo não circulante, em obrigações tributárias.

Descrição	Dez/2022	Dez/2021
Provisões administrativas e tributárias	62.366	56.996

O acréscimo de R\$ 5,4 milhões se refere, em ampla maioria, às provisões do ISS DF que serão ressarcidas aos clientes (15,6 milhões) registradas no período em análise, e as devoluções realizadas (R\$ 10,7 milhões)

24. Benefício pós-emprego

Política Contábil

O SERPRO disponibiliza aos seus empregados benefícios de previdência complementar, assistência à saúde, auxílio-alimentação e plano odontológico.

Os programas previdenciários e de assistência à saúde oferecidos aos empregados inativos são classificados pela NBC TG 33 (R1) como benefícios pós-emprego, ou seja, serão devidos ao empregado após o término de sua fase laborativa.

Visto que o SERPRO adota as normas do *International Accounting Standards Board - IASB*, ao fim do encerramento de cada exercício é realizada avaliação, registro e divulgação das obrigações de longo prazo com benefícios de pós-emprego. Consideram-se para a contabilização das provisões a apuração dos valores de passivo esperados.

Descrição	Dez/2022	Dez/2021
Programas Previdenciários	293.547	551.316
Plano de Assistência à Saúde	260.011	-
<b>Total</b>	<b>553.558</b>	<b>551.316</b>

24.1 Programas Previdenciários

A Empresa oferece aos seus empregados a possibilidade de adesão no plano de previdência complementar.

Os planos são administrados pela EFPC Fundo Multipatrocinado SERPROS, constituída sob a forma de sociedade civil sem fins lucrativos, com autonomia administrativo-financeira e personalidade jurídica de direito privado.

Quanto às Perdas Estimadas para Crédito de Liquidação Duvidosa - PECLD dos Fundos de Investimento Multimercado e Participações, estas são reconhecidas pelos administradores dos fundos respectivos. A diferença entre o montante registrado e o valor recuperável (*Impairment*) constitui esses valores, de modo a tornar a informação contábil mais consistente. Portanto, para os investimentos com evidências objetivas de riscos e incertezas de recuperabilidade, a EFPC SERPROS aplica a NBC TG 01 Teste de Recuperabilidade de Ativos.

24.1.1 Planos de Previdência

24.1.1.1 Plano PS-I Benefício Definido (BD)

O PS-I é um plano de benefícios previdenciários, constituído no âmbito de entidade fechada de previdência complementar na modalidade de benefício definido. Em 01/04/2013, sob amparo legal, esse plano foi salgado, o que manteve os benefícios já concedidos e suas reversões regulamentares nos níveis anteriormente pactuados, enquanto para os colaboradores ainda ativos passou a ser garantido o benefício proporcional até então capitalizado. Os benefícios instituídos são:

- Suplementação de Aposentadoria por Idade;
- Suplementação de Aposentadoria por Tempo de Contribuição;
- Suplementação de Aposentadoria Especial;
- Suplementação de Aposentadoria ao Ex-Combatente;
- Suplementação de Aposentadoria por Invalidez;
- Suplementação de Auxílio-Doença;
- Suplementação de Pensão por Morte;
- Suplementação de Auxílio-Reclusão.

O PS-I oferece, ainda, Pecúlio por Morte aos Beneficiários de Participantes Patrocinados, Auto patrocinados e Participantes Assistidos. As suplementações são concedidas sob forma de renda mensal, adicionada de Abono Anual.

24.1.1.2 Plano PS-II Contribuição Variável (CV)

É um plano estruturado na modalidade de contribuição variável, que possui características de contribuição definida na fase de acumulação e de benefício definido na fase pós concessão. Os benefícios de risco também são entendidos como definidos nos casos de morte e invalidez de ativos. Deste modo, os participantes acumulam, individualmente, em conjunto com a Empresa, recursos para usufruir futuramente em rendas de aposentadorias. Estes recursos poderão ser convertidos em uma renda mensal vitalícia ou resgate do saldo de contas. O participante decide sua contribuição mensal que determina a renda futura esperada e a patrocinadora contribui paritariamente, dentro dos limites estabelecidos pelo regulamento interno do plano.

O objetivo deste plano é oferecer aos participantes do plano, beneficiários e designados, os seguintes benefícios de previdência complementar:

- Aos participantes: renda de aposentadoria, benefício proporcional diferido, renda por invalidez, auxílio-doença e abono anual;
- Aos beneficiários: pensão por morte, pecúlio por morte, auxílio-reclusão e abono anual; e
- Aos designados: pecúlio por morte.

24.1.2 Avaliação Atuarial dos planos de benefício (PS-I e PS-II)

O SERPRO contratou a empresa Assistants Consultoria Atuarial para avaliação e emissão do Relatório de Avaliação Atuarial à luz da NBC TG 33, com data base para 31/12/2022.

24.1.2.1 Base de dados

Foram recebidas as bases de dados dos planos de previdência (empregados ativos, aposentados e pensionistas, tanto do PS-I, quanto do PS-II). As informações contidas em cada base são descritas conforme layouts encaminhados pela SERPRO à ASSISTANTS.

Vale ressaltar que, devido ao curto cronograma disponibilizado à ASSISTANTS, não foi realizada a crítica das bases acima mencionadas, dessa forma, a conferência das informações repassadas coube a responsabilidade integral da SERPRO.

24.1.2.2 Hipóteses atuariais e financeiras

De acordo com a legislação aplicável à estimação de obrigações de benefícios pós-emprego, especialmente os Pronunciamentos nº 28 e 33 do CPC e as normas do IFRS - *International Financial Reporting Standards*, adotou-se o método da UCP - Unidade de Crédito Projetada, considerando-se como período de aquisição de direitos, aquele determinado pela diferença entre as idades de entrada e de aposentadoria na Empresa.

As hipóteses técnicas e financeiras aplicadas nesta avaliação foram objeto de estudos preliminares e de verificação de consistência, tanto pelo próprio SERPRO, quanto pela ASSISTANTS.

24.1.2.3 Premissas utilizadas na avaliação atuarial

As premissas utilizadas na avaliação atuarial foram as seguintes:

- Taxa de Juros a Longo Prazo: Acompanhando as normas contábeis vigentes, para a definição da taxa de juros de longo prazo adotou-se as taxas de mercado dadas pelos títulos de emissão do governo federal em leilões mais recentes, especificamente para uma carteira teórica de NTN-B (Notas do Tesouro Nacional - Série B com juros semestrais) identificada como IMA-B pela ANBIMA, comparadas ao fluxo das obrigações de longo prazo sob a Metodologia chamada de "Duration". A Duration, ou Duração de Macaulay é definida como o prazo médio das operações ponderado pelos fluxos de caixa.
- Inflação: Para as projeções para exercício de 2023, utilizamos uma projeção inflacionária do IPCA, extraída do Boletim Focus de 30/12/2022, do Banco Central do Brasil, estimada em 5,31% a.a.
- Taxa Real de Evolução dos Custos Médicos:
  - HCCTR - *Health Care Cost Trend Rate*

A premissa HCCTR, no Brasil chamada de "inflação médica", é uma medida da variação do custos médico-hospitalares. O cálculo, realizado pelo IESS - Instituto de Estudos da Saúde Suplementar, é feito com base em um conjunto de planos individuais de operadoras de abrangência nacional, sendo sua metodologia reconhecida internacionalmente e aplicada na construção de índices de variação de custo em saúde nos Estados Unidos, como o S&P *Healthcare Economic Composite* e *Milliman Medical Index*. Os estudos recentes publicados pelo IESS - Instituto de Estudos da Saúde Suplementar, indicam uma inflação médica real de 3% a.a. Este foi o índice utilizado em nossa avaliação.
- Aging Factor

A variação de produtos de assistência médica é exponencial em relação à idade de seus beneficiários, razão pela qual os valores das mensalidades são crescentes por faixas etárias. Ainda que a Operadora cobre preços únicos para todos os colaboradores da Empresa, o envelhecimento da massa populacional, causado pela incorporação dos aposentados à apólice, é repassado por meio dos reajustes anuais de contrato. Para o SERPRO, a taxa de crescimento para cada ano de envelhecimento dos beneficiários é de 3,08% a.a.

- Taxa de rotatividade: A rotatividade foi considerada nula, para o Plano PSI e de 1%, para todas as idades até 65 anos, para o Plano PSII.
- Rentabilidade Esperada para os Ativos Financeiros: A rentabilidade dos ativos financeiros, projetada para o próximo exercício, é de 11,73% a.a. (taxa nominal) para os planos PSI e PSII.
- Fator de capacidade para benefícios e salários: De acordo com as projeções inflacionárias atuais, o fator de capacidade foi estabelecido em 98%.

24.1.3 Resultado da avaliação atuarial

A Assistants tomou por base os pagamentos de benefícios e as contribuições arrecadadas de acordo com os dados contábeis da EFPC SERPROS fornecidos na base de 31/12/2022.

24.1.3.1 Avaliação atuarial - Plano PS-I

Descrição	31/12/2021 Realizado	31/12/2022 Realizado	31/12/2023 Estimado
<b>Obrigações no início do exercício</b>	<b>3.302.168</b>	<b>3.219.164</b>	<b>3.077.640</b>
Custo do serviço corrente	-	-	-
Reembolso do serviço corrente	-	-	-
Contribuições de participantes ativos	2.433	2.642	-
Juros líquidos sobre a obrigação atuarial (Ganhos)/Perdas atuariais	235.293	322.693	350.656
(-) Benefícios pagos no ano	(142.034)	(247.549)	-
(-) Benefícios pagos no ano	(178.696)	(219.310)	(181.955)
<b>Obrigações no final do exercício</b>	<b>3.219.164</b>	<b>3.077.640</b>	<b>3.246.341</b>
<b>Valor justo dos ativos financeiros no início do Exercício</b>	<b>2.694.979</b>	<b>2.667.848</b>	<b>2.784.093</b>
Rentabilidade líquida esperada sobre os ativos financeiros	206.097	267.006	317.821
Contribuições normais e extraordinárias patronais	19.726	24.011	25.286
Contribuições normais e extraordinárias dos participantes ativos	2.433	2.642	2.783
(-) Benefícios pagos	(178.696)	(219.310)	(181.955)
Ganhos/(Perdas) nos ativos financeiros	(76.691)	41.896	-
<b>Ativos financeiros no final do exercício</b>	<b>2.667.848</b>	<b>2.784.093</b>	<b>2.948.028</b>
(Déficit)/Superávit apurado	(551.316)	(293.547)	(298.313)
Asset Ceiling (Regra IAS)	-	-	-
(-) Contrato de dívida já reconhecido	-	-	-
<b>Passivo líquido ao final do exercício</b>	<b>(551.316)</b>	<b>(293.547)</b>	<b>(298.313)</b>

24.1.3.1.1 Movimentação de Outros Resultados Abrangentes (ORA)

Em 2022, houve uma redução no passivo atuarial do Plano SERPRO - PSI, no montante total de R\$ 265,8 mi. Esta queda, do valor em 2021 de R\$ 551,3 milhões para R\$ 293,5 milhões em 2022, deve-se, em ampla maioria, ao aumento da taxa de juros SELIC aos quais os ativos estão atrelados.

24.1.3.2. Avaliação atuarial - Plano PS-II

Descrição	31/12/2021 Realizado	31/12/2022 Realizado	31/12/2023 Estimado
<b>Obrigações no início do exercício</b>	<b>1.010.390</b>	<b>1.484.811</b>	<b>1.507.926</b>
Custo do serviço corrente	2.988	815	1.616
Contribuições de participantes ativos	69.333	78.175	-
Juros líquidos sobre a obrigação atuarial (Ganhos)/Perdas atuariais	71.815	149.688	172.837
(-) Benefícios pagos no ano	(156.091)	(124.700)	(72.538)
<b>Obrigações no final do exercício</b>	<b>1.484.810</b>	<b>1.507.926</b>	<b>1.609.841</b>
<b>Valor justo dos ativos financeiros no início do Exercício</b>	<b>1.599.571</b>	<b>1.588.947</b>	<b>1.810.496</b>
Rentabilidade líquida esperada sobre os ativos financeiros	116.496	167.946	218.015
Contribuições normais e extraordinárias patronais	69.402	78.297	84.788
Contribuições normais e extraordinárias dos participantes ativos	69.333	78.175	84.656
(-) Benefícios pagos	(156.091)	(124.700)	(72.538)
Ganhos/(Perdas) nos ativos financeiros	(109.764)	21.830	-
<b>Ativos financeiros no final do exercício</b>	<b>1.588.947</b>	<b>1.810.495</b>	<b>2.125.417</b>
(Déficit)/Superávit apurado	104.137	302.569	515.576
Asset Ceiling (Regra IAS)	(104.137)	(302.569)	(515.576)
(-) Contrato de dívida já reconhecido	-	-	-
<b>Passivo líquido ao final do exercício</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

24.2. Programa de Assistência à Saúde - PAS/ SERPRO

O Plano de Assistência à Saúde do SERPRO é um plano de saúde instituído na modalidade de Autogestão oferecido exclusivamente aos colaboradores e ex-empregados do SERPRO, além de dependentes e agregados por eles designados.

A base de dados fornecida a Assistants tem a base data de outubro de 2021 a setembro de 2022, em dezembro de 2022 houve um reajuste no plano de 24,27% no plano, assim para o cálculo utilizamos a mensalidade com o reajuste contemplado.

Os beneficiários deste Plano são divididos em dois grupos, a saber:

Grupo I - Empregados ativos: empregados em efetivo exercício na Empresa, desde que tenham requerido sua adesão ao PAS/SERPRO, bem como seus dependentes, assegurando as limitações previstas em Regulamento. O custeio do Grupo I é de responsabilidade tanto do SERPRO (cujas contribuições são estabelecidas de acordo com a Referência Salarial do empregado) quanto dos próprios empregados, que contribuem com um valor fixo mensal (diferenciado por faixa etária) mais 20% por utilização em consultas médicas, a título de coparticipação.

Grupo II - Empregados inativos/agregados: os empregados ativos serão transferidos do Grupo I ao Grupo II quando do desligamento sem justa causa ou suspensão do contrato de trabalho, em razão de licença sem remuneração. Os agregados também serão incluídos no Plano de acordo com as limitações previstas em Regulamento. Diferentemente do Grupo I, o custeio do Grupo II não conta com a participação do SERPRO, mas tão somente dos próprios beneficiários do grupo e pelo empregado responsável pelo agregado vinculado. Os valores, assim como o grupo anterior, são fixos e diferenciados por faixa etária mais 20% por utilização em consultas médicas, a título de coparticipação.

24.2.1 Avaliação Atuarial dos Planos de Assistência à Saúde

Descrição	31/12/2021 Realizado	31/12/2022 Realizado	31/12/2023 Estimado
<b>Obrigações no início do exercício</b>	<b>260.011</b>		
Custo do serviço corrente	-	-	18.297
Juros líquidos sobre a obrigação atuarial (Ganhos)/Perdas atuariais	-	-	28.795
(-) Benefícios pagos no ano	-	260.011	-
<b>Obrigações no final do exercício</b>	<b>-</b>	<b>260.011</b>	<b>290.745</b>
Ativos financeiros no final do exercício	-	-	-
(Déficit)/Superávit apurado	-	(260.011)	(290.745)

24.2.1.2 Movimentação de Outros Resultados Abrangentes (ORA)

Em 2022, houve o registro contábil do passivo atuarial do Plano de Assistência à Saúde - PAS/ SERPRO. O valor total foi de R\$ 260,01 milhões. Este resultado se deve ao descasamento entre o custo médico e a arrecadação dos beneficiários. Entretanto, apesar do reajuste no plano de saúde, na ordem de 24,27%, este incremento nas mensalidades do plano não foi suficiente para cobrir os gastos com os credenciados.

Aliado a isto, houve mais dois movimentos:

- Aumento na demanda dos procedimentos ambulatoriais, que ficou represado em função da pandemia; e
- Desligamentos do plano, em função do término do benefício pós emprego dos planos de incentivos à aposentadoria e demais saídas de beneficiários, em virtude da conjuntura econômica com o reajuste.

25. Patrimônio líquido

O aumento do Patrimônio Líquido reflete, principalmente, ao lucro apurado 2022, (R\$ 559,7 milhões).

25.1 Capital social

O capital social do SERPRO é de R\$ 1.061.005 (um bilhão, sessenta e um milhões e cinco mil reais), totalmente integralizado, dividido em 1.061.005 (um bilhão, sessenta e um milhões e cinco mil reais) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, conforme o artigo Art. 5º do Estatuto Social.

25.2 Reservas

25.2.1 Reservas de Reavaliação

	Edifícios	Terrenos	Tributos	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>65.805</b>	<b>52.390</b>	<b>-40.186</b>	<b>78.009</b>
Realização de reserva por depreciação	(1.608)	-	542	(1.066)
Realização de reserva por baixa	-	(9.113)	1.204	(7.909)
Reversão de tributos diferidos	-	-	24.242	24.242
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>64.197</b>	<b>43.277</b>	<b>-14.198</b>	<b>93.276</b>
Realização de reserva por depreciação	(1.368)	-	251	(1.117)
Realização de reserva por alienação	(803)	(4.289)	936	(4.156)
Reversão de realização de reservas	3.851	2.976	(1.444)	5.383
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>65.877</b>	<b>41.964</b>	<b>(14.455)</b>	<b>93.386</b>

Constituída com base em laudo de reavaliação, efetuado em 2005, esta reserva possui o saldo de R\$ 93,4 milhões, líquidas dos tributos. De acordo com o disposto no art. 6º da Lei nº 11.638/2007, o saldo existente será mantido até sua efetiva realização. Foi efetuado um ajuste de exercício anterior relativo à correção de erros com a baixa de depreciação de imóveis reavaliados, conforme a nota 3.2.2.

25.2.2 Reservas de Lucros

Representa o saldo da Reserva Legal e Reserva de Retenção de Lucros para expansão.

25.2.2.1 Reserva Legal

O valor destinado para reserva legal no encerramento do exercício de 2022 foi de R\$ 27,9 milhões, correspondente a 5% do lucro líquido do exercício, compondo um saldo final de R\$ 105,9 milhões (R\$ 77,9 milhões em 2021).

25.2.2.2 Reserva Retenção de Lucros

Reserva de R\$ 725,1 milhões constituída até 2019 para a aplicação em investimentos, previstos no orçamento de capital, aprovado pelo Conselho de Administração, nos termos do Estatuto Social.

25.2.2.3 Reserva de Dividendos Adicionais Propostos

A reserva de dividendos adicionais propostos, no valor de R\$ 356,9 milhões, foi constituída após o registro obrigatório da Reserva Legal e dos Dividendos Mínimos Obrigatórios. Esta corresponde ao saldo remanescente do lucro, que após a aprovação pela AGO, será realizada como remuneração ao acionista.

25.2.3.1 Destinação dos Lucros Acumulados e cálculo do JCP/dividendo

Descrição	2022	2021
<b>(a) Lucro Líquido do Exercício (LLE)</b>	<b>559.709</b>	<b>390.984</b>
(b) Absorção dos prejuízos (art189)	-	-
(c) Participação estatutária (art190)	-	-
(d) LLE após Participações Estatutárias	559.709	390.984
(Base de cálculo da reserva legal) = (a)+(b) + (c) (art191 e 193)		
(e) Reserva Legal = (d) x 5%	27.985	19.550
(f) Ajustes de Exercícios Anteriores (AEA)	(64.746)	9.226
(g) LLE após Reserva Legal e AEA	466.978	380.660
(Base de cálculo para dividendos mínimos obrigatórios) = (d) - (e) + (f)		
(h) JCP/ Dividendos	116.744	95.165
(i) Realização da Reserva de Reavaliação	6.715	8.975
(j) Saldo Remanescente - Reserva de Dividendos Adicionais Proposto = (g) - (h) + (i)	356.949	294.471

25.2.4 Outros resultados abrangentes

Na demonstração de Outros Resultados Abrangentes estão registrados ganhos e perdas com o valor justo dos instrumentos financeiros, a remensuração dos passivos atuariais com o Plano PSI em R\$ 230,7 milhões, e a mensuração do passivo atuarial com Plano de Saúde- PAS/SERPRO em R\$ 225,1 milhões, líquidos dos tributos diferidos.

25.2.5 Ajustes de Exercícios Anteriores

Os ajustes de exercícios anteriores acumulados foram registrados em 2022 e 2021, conforme a seguir:

Descrição	Constituição	Dez/2021	Dez/2020	Dez/2019
Desonerção no repasse dos clientes (NE 3.2.1)	2022	-58.862	-13.472	-5.990
Correção de				



26.1.1 Composição da receita bruta por obrigação de desempenho

Descrição	Dez/2022	Dez/2021
Hospedagem de Aplicações	2.238.133	2.265.344
Desenvolvimento e Manutenção de Software	288.132	228.805
Atendimento a Ambientes de Rede Local	115.911	125.914
Emplaca - Sistema Nacional de Emplacamento	102.849	114.309
Gestão de Margem Consignável	101.731	90.850
Datavald	83.703	103.978
Administração de Rede de Longa Distância	74.786	74.966
Consulta Online Senatran	59.126	43.807
Infoconv	50.842	41.940
Emissão de CNH	46.688	36.456
Demais obrigações de desempenho	346.596	285.042
Serviços a Faturar (CPC 47)	112.111	2.335
<b>Total</b>	<b>3.620.608</b>	<b>3.413.746</b>

26.1.2 Composição da receita bruta dos maiores clientes

Cliente	Vinculado à	Dez/2022	Dez/2021
SRFB - Secretaria da Receita Federal do Brasil	Min. Economia	1.370.407	1.442.485
ME - Ministério da Economia - Diretoria Adm. Logística	Min. Economia	624.101	496.669
MINFRA - Ministério da Infraestrutura	Min. Infraestrutura	201.809	175.550
STN - Secretaria do Tesouro Nacional	Min. Economia	187.410	243.241
PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional	Min. Economia	165.234	185.222
SENASP - Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública	Min. Justiça	70.599	68.256
IBAMA - Inst. Bras. Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	Min. Meio Ambiente	37.294	15.516
DNIT - Depart. Nacional de Infraestrutura de Transportes	Min. Infraestrutura	31.456	31.580
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	Min. Agricultura	25.323	18.494
SUFRAMA - Superintendência da Zona Franca de Manaus	Min. Economia	17.316	16.040
MP - Ministério do Desenvolvimento Planejamento e Gestão	Min. Economia	14.973	18.432
Demais Clientes Públicos		199.801	181.662
Cliente Públicos - Total		2.945.724	2.893.147
Clientes Privados		562.773	518.264
Serviços a Faturar (CPC 47)		112.111	2.335
<b>Receita Total</b>		<b>3.620.608</b>	<b>3.413.746</b>

A Receita Bruta obtida foi de R\$ 3.621 milhões, resultando 6,06% (R\$ 206,9mi) superior quando comparada ao resultado obtido no mesmo período do exercício anterior. O mercado "Público OGU" se destaca na carteira de clientes, apresentando crescimento na ordem de R\$ 148,8 milhões (+5,29%). Apesar do crescimento menor em termos monetários, cabe também ressaltar o incremento observado nos mercados "Público não OGU" e "Privado" em relação a 2021 (+16,31% e + 8,59%, respectivamente), representando, em conjunto, um aumento de R\$ 57,9 milhões.

26.2 Receita líquida

Descrição	Dez/2022	Dez/2021
Receita bruta	3.620.608	3.413.746
Deduções da Receita Bruta	(619.978)	(625.510)
(-) ISS	(79.441)	(75.352)
(-) PIS / PASEP	(49.636)	(51.558)
(-) COFINS	(228.624)	(237.495)
(-) ICMS	-	(22)
(-) INSS patronal	(156.255)	(148.408)
(-) Descontos concedidos	(100.305)	(108.525)
(-) Vendas canceladas	(5.717)	(4.150)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>3.000.630</b>	<b>2.788.237</b>

A receita líquida apresentou um acréscimo de R\$ 212,4 milhões quando comparada ao mesmo período do exercício anterior. Merece destaque a redução nas deduções da receita bruta, especificamente em descontos concedidos, (R\$ 14,6 milhões).

26.3 Custos e Despesas Operacionais

26.3.1 Composição

Descrição	CSP	Despesas	Total	CSP	Despesas	Total
Despesas de Pessoal	(1.173.605)	(606.137)	(1.779.742)	(1.126.327)	(519.756)	(1.646.083)
Depreciação/Amortização	(117.811)	(29.918)	(147.730)	(67.199)	(33.563)	(100.762)
*Custeio	(356.537)	(81.868)	(438.404)	(275.604)	(102.693)	(378.297)
Créditos a Receber	-	(41.319)	(41.319)	-	(26.312)	(26.312)
Créditos Tributários	4.562	-	4.562	4.299	-	4.299
Despesas Tributárias	(830)	(2.029)	(2.859)	-	(4.370)	(4.370)
Materiais	(6.531)	(1.234)	(7.765)	(2.188)	(4.784)	(6.973)
Outras despesas/receitas	(14.509)	5.803	(8.706)	(930)	(50.412)	(51.343)
Descontos na Explor. de Serviços	(45.648)	-	(45.648)	(45.390)	-	(45.390)
Judiciais	-	(32.143)	(32.143)	-	(31.456)	(31.456)
<b>Totais</b>	<b>(1.710.908)</b>	<b>(789.046)</b>	<b>(2.499.954)</b>	<b>(1.513.340)</b>	<b>(773.347)</b>	<b>(2.286.687)</b>

\*Custeio compreende os gastos com manutenção, locação, comunicação, serviços técnicos profissionais e serviços públicos

26.3.2 Aumentos e reduções do gasto

Houve ampliação de R\$ 213,2 milhões do gasto total (9,3%), quando comparado ao mesmo período do ano anterior já considerando os efeitos dos ajustes de exercícios anteriores.

Destaca-se o aumento com pessoal (R\$ 133,7 milhões) em decorrência de eventos funcionais, tais como promoções, anuênio, recomposição de classe, entrada de empregados temporários e sobretudo da aplicação integral do INPC de 12,47% no reajuste salarial de 2022 aprovado no Acordo Coletivo de Trabalho; Custeio (R\$ 60,1 milhões) ampliação de 15,9% atribuído aos reajustes anuais atrelados a um nível de inflação acima do esperado e, sobretudo, ao aumento das despesas com subscrições, manutenções e serviços de tecnologia no período; resultado com crédito a receber (R\$ 15 milhões); e depreciação e amortização (R\$ 47 milhões) em consequência da renovação de ativos.

Quanto às reduções, merece destaque, outras despesas/receitas (R\$ 42,4 milhões) decorrentes de ganhos com alienação de bens do imobilizado e redução de provisões tributárias.

26.4 Resultado Financeiro

Descrição	Dez/2022	Dez/2021
Despesas Financeiras	26.191	17.665
Receita Financeira	(204.812)	(90.805)
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(178.621)</b>	<b>(73.140)</b>

A Receita Financeira foi influenciada, principalmente, pela elevação da taxa SELIC e pelo aumento de valores acumulados em Fundo de Aplicação Financeira, sendo reconhecidos nesse período os juros de títulos da CEF no valor de R\$ 73,7 milhões, assim como do BB de R\$ 101,1 milhões. Além disso, a Empresa auferiu R\$ 9 milhões de juros sobre créditos tributários, corrigidos até a entrega das obrigações tributárias para utilização dos créditos; e R\$ 15 milhões em multas e juros de mora sobre clientes.

O aumento das despesas financeiras decorre da atualização Monetária de Dividendos e JCP (R\$13,6 milhões), assim como multas dedutíveis R\$ 7,2 milhões e o valor de juros de mora R\$ 1,5 milhões, esses dois últimos pela atualização do ISS renegociado registrados no passivo não circulante.

26.5 Tributos sobre o lucro

Política Contábil

O SERPRO apura o IRPJ e a CSLL pelo regime de tributação do Lucro Real, na modalidade anual.

No exercício de 2019, amparado em decisão na Ação Cível Originária-2.658/DF transitada em julgado e nos Pareceres Técnicos de sua assessoria jurídica, aplicou-se a imunidade tributária recíproca ao IRPJ excluindo do Lucro Real o resultado atribuído aos serviços prestados aos órgãos e às entidades públicas, mantendo a tributação sobre o resultado da parcela não imune (serviços prestados a entidades privadas). Por inexistir regra específica para as Empresas Públicas, quanto à escrituração das obrigações acessórias para apuração dos resultados imune e não imune, a segregação dos lucros oriundos do poder público daqueles provenientes das atividades de direito privado foi proporcional à receita líquida faturada.

26.5.1 Imposto de Renda - IRPJ e Contribuição Social - CSLL

Descrição	Dez/2022	Dez/2021
IRPJ e CSLL correntes	(123.869)	(103.786)
IRPJ e CSLL diferidas	4.280	(194.455)
<b>Total</b>	<b>(119.589)</b>	<b>(298.241)</b>

26.5.2 Conciliação da despesa com IRPJ e CSLL

Descrição	Dez/2022	Dez/2021
<b>Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro</b>	<b>679.298</b>	<b>574.690</b>
(a) Tributos sobre o lucro (34%)	(230.961)	(195.395)
<b>(b) Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos:</b>	<b>107.093</b>	<b>91.610</b>
Exclusão de lucro atribuído ao setor público	121.077	125.974
Adições e Exclusões s/ diferenças temporárias	(63.770)	(93.876)
Juros sobre capital próprio	39.693	31.896
Compensação de Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	23.332	22.638
Outras adições e exclusões	(18.270)	2.495
Incentivos Fiscais - PAT e Licença Maternidade	1.631	1.785
Incentivo Fiscal à Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Tecnológica	3.399	698
<b>(c) Total dos Tributos Correntes (a) + (b)</b>	<b>(123.869)</b>	<b>(103.784)</b>
Constituição/Reversão Tributos s/ Prejuízo Fiscal e Base Negativa	(23.332)	49.679
Constituição/Reversão de tributos diferidos s/ diferenças temporárias	27.612	(174.528)
<b>(d) Total dos Tributos Diferidos</b>	<b>4.280</b>	<b>(125.249)</b>
<b>(e) Total dos Tributos Correntes e Diferidos (c) + (d)</b>	<b>(119.589)</b>	<b>(229.033)</b>
<b>Alíquota efetiva (Total / Lucro)</b>	<b>-17,60%</b>	<b>-39,85%</b>

As despesas de IRPJ e CSLL do período compreendem os tributos correntes e diferidos que confrontados com o lucro contábil antes dos tributos (R\$ 679 milhões) resultaram numa alíquota efetiva de 17,6%, equivalente à despesa de R\$ 119,6 milhões. Esse resultado foi influenciado pelo acréscimo do resultado operacional, das variações das adições e exclusões sobre as diferenças temporárias, e aumento de outras adições decorrentes de perdas não dedutíveis.

26.5.3 Demonstração da apuração do lucro a excluir do IRPJ

A distribuição da Receita Líquida está descrita a seguir:

Descrição	Dez/2022	%	Dez/2021	%
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>3.000.630</b>		<b>2.788.237</b>	
(+/-) Receita operacional líquida a faturar	(107.731)		(10.853)	
Receita Operacional Líquida a distribuir	2.892.899		2.777.384	
Receita líquida atribuída ao setor público	2.383.364	82,3867	2.309.567	83,1562
Receita líquida atribuída ao setor privado	509.535	17,6133	467.817	16,8438

26.5.4 Apuração do lucro atribuído ao setor público, com exclusão do IRPJ

Descrição	Dez/2022	%	Dez/2021	%
<b>Lucro Líquido antes dos tributos sobre o lucro</b>	<b>679.298</b>		<b>574.690</b>	
<b>Adições/Exclusões</b>	<b>(91.450)</b>		<b>31.274</b>	
Tributos com exigibilidade suspensa	67.963		63.440	
Realização de Reserva de Reavaliação	(366)		10.721	
Ajuste art. 58 da Lei nº 12973/14	214		255	
Outras Despesas e Receita art. 187 Lei nº 6404/76	(26.287)		35.906	
Receita Financeira que excede a despesa financeira	(132.974)		(79.048)	
<b>Lucro Líquido ajustado a atribuir</b>	<b>587.848</b>		<b>605.964</b>	
Lucro atribuído ao Setor Público Imune de IRPJ	484.309	82,3867	503.897	83,1562
Lucro atribuído ao Setor Privado	103.539	17,6133	102.067	16,8438
<b>IR s/ Lucro atribuído ao Setor Público</b>	<b>121.077</b>		<b>125.974</b>	

Trata-se de detalhamento da apuração do lucro na prestação de serviço atribuído ao setor público imune de IRPJ (R\$ 484,3 milhões), que corresponde à exclusão de R\$ 121 milhões do IRPJ corrente no exercício de 2022.

26.5.5 Movimentação de saldos dos ativos e passivos fiscais diferidos

Descrição	Dez/2021	DRE	PL	Dez/2022
<b>(a) Passivo fiscal diferido - Circulante</b>	<b>(17.805)</b>	<b>(14.699)</b>	-	<b>(32.504)</b>
Provisão Ativa - Receita a Faturar (CPC 47)	(17.805)	(14.699)	-	(32.504)
<b>(b) Ativo fiscal diferido - Não Circulante</b>	<b>313.488</b>	<b>20.312</b>	<b>(269)</b>	<b>333.531</b>
Provisões de processos trabalhistas e cíveis	57.280	(1.720)	-	55.560
Passivo atuarial	72.834	1.630	(269)	74.195
Provisão sobre créditos de liquidação duvidosa	51.108	2.841	-	53.949
Provisões Trabalhistas	17.489	3.551	-	21.040
Provisões Tributárias	57.821	30.237	-	88.058
Outras provisões	2.976	6.972	-	9.948
Saldo do Prejuízo Fiscal - IRPJ	53.980	(23.199)	-	30.781
<b>(c) Passivo fiscal diferido - Não Circulante</b>	<b>(46.099)</b>	<b>(1.333)</b>	-	<b>(47.432)</b>
Provisões de processos trabalhistas - PSE	(19.277)	(893)	-	(20.170)
Provisão ativa - Fundos de Pensão	(12.624)	(184)	-	(12.808)
Reserva de Reavaliação de Bens Imóveis	(14.198)	(256)	-	(14.454)
<b>(d) Créditos Fiscais Diferidos Não Circulante (b) + (c)</b>	<b>267.389</b>	<b>18.979</b>	<b>(269)</b>	<b>286.099</b>
<b>(e) Total: Créditos Fiscais Diferidos (a) + (d)</b>	<b>249.584</b>	<b>4.280</b>	<b>(269)</b>	<b>253.595</b>

Os tributos diferidos foram reconhecidos às alíquotas nominais da contribuição social (9%) e do imposto de renda (25%). O saldo líquido de R\$ 253,6 milhões resulta da diferença entre o ativo fiscal diferido (R\$ 333,5 milhões) e o passivo fiscal diferido (circulante, R\$ 32,5 milhões e não circulante, R\$ 47,4 milhões). O crédito relativo às provisões tributárias foi constituído sobre o IPTU, o ISS e o PASEP/COFINS a recolher registrados no passivo não circulante, e sua reversão ocorrerá na liquidação dessas provisões.

Descrição	Jan a Dez/2021	Jan a Dez/2022
<b>Saldo em 1º de janeiro</b>	<b>450.449</b>	<b>249.584</b>
<b>Efeito no Resultado</b>	<b>(125.252)</b>	<b>4.280</b>
Ativos e Passivos temporários	(174.928)	27.479
Utilização de créditos sobre prejuízo fiscal	(4.303)	(23.199)
Constituição de créditos sobre prejuízo fiscal	53.980	-
<b>Efeito no Patrimônio Líquido</b>	<b>(75.613)</b>	<b>(269)</b>
Outros Resultados Abrangentes	(99.854)	(269)
Reserva de Reavaliação	24.242	-
<b>Saldo final do período</b>	<b>249.584</b>	<b>253.595</b>

O IRPJ diferido passou, a partir de dezembro de 2021, a ser constituído sobre a base fiscal das diferenças temporárias (provisões ativas e passivas) excluída da parcela proporcional ao setor público, mantendo equivalência com o tributo corrente provisionado.

26.5.6 Reflexo da aplicação da imunidade tributária no IRPJ

Na apuração dos tributos correntes, a imunidade teve os seguintes impactos:

Descrição	Com Imunidade	Sem Imunidade	Efeito
<b>Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro</b>	<b>679.298</b>	<b>679.298</b>	-
<b>(a) Tributos sobre o lucro (34%)</b>	<b>(230.961)</b>	<b>(230.961)</b>	-
<b>(b) Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos:</b>	<b>107.093</b>	<b>(37.317)</b>	<b>144.409</b>
Incentivos fiscais	1.631	1.631	-
Demais adições e exclusões (afetaram o cálculo tributário)	(38.948)	(38.948)	-
Exclusão do lucro atribuído ao setor público	121.077	-	121.077
Compensação de Prejuízo Fiscal e Base Negativa	23.332	-	23.332
<b>(c) Despesa de IRPJ e CSLL correntes (a) + (b)</b>	<b>(123.869)</b>	<b>(268.278)</b>	<b>144.409</b>

Na apuração dos tributos diferidos sobre os prejuízos fiscais, a imunidade é refletida conforme a seguir:

Descrição	Com Imunidade	Sem Imunidade	AFD Constituído
<b>AFD de IRPJ sobre saldo de prejuízo fiscal</b>	<b>Prejuízo fiscal</b>	<b>AFD Constituído</b>	<b>Prejuízo fiscal</b>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	289.080	54.113	-
Compensação de 30%	(72.630)	(23.332)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>216.450</b>	<b>30.781</b>	<b>-</b>

Sem a aplicação da Imunidade tributária o saldo do Prejuízo Fiscal teria sido consumido totalmente nos primeiros meses de 2021 e não restaria saldo a pensar em 2022.

Nos termos do ICPC 22 - Incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro, sobre como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32-Tributos sobre o lucro, a Empresa avaliou os requisitos da norma e não identificou impacto quanto à contabilização de passivos, visto que os procedimentos aplicados na apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro seguem a legislação e decisões de tribunais administrativos e judiciais.

27. Partes relacionadas

27.1 Entidade Fechada de Previdência Complementar - EFPC

Descrição	Com Imunidade	Sem Imunidade	AFD Constituído
<b>AFD de IRPJ sobre saldo de prejuízo fiscal</b>	<b>Prejuízo fiscal</b>	<b>AFD Constituído</b>	<b>Prejuízo fiscal</b>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	289.080	54.113	-
Compensação de 30%	(72.630)	(23.332)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>216.450</b>	<b>30.781</b>	<b>-</b>



## 28.3 Benefícios

Descrição	dez/22
Assistência Médica	2.237
Assistência Odontológica	12
Auxílio-Alimentação	2.081
Auxílio-creche	955
Auxílio Filhos Especiais	1.450
Previdência Complementar	1.225
Auxílio-transporte	413
<b>Média Global</b>	<b>8.373</b>

## 29. Cobertura de Seguros

A Empresa contrata seguros para cobertura de riscos operacionais, erros e omissões, responsabilidade civil, vida em grupo e acidentes pessoais dos colaboradores do SERPRO, de acordo com a natureza da atividade e características dos riscos envolvidos.

Seguradora Contratada	Generali Brasil Seguros S.A.	Gente Seguradora S.A.	AIG Seguros Brasil S.A.	Argo Seguros Brasil S/A
Ativo	Bens Patrimoniais Móveis, Imóveis e Bens do segurado em locais de terceiros	Vida em grupo e acidentes pessoais	Responsabilidade civil dos membros do Conselho Administração, do Conselho Fiscal, Diretoria e Superintendentes responsáveis pelas atividades do SERPRO	Responsabilidade civil referente as atividades de certificação digital
Tipo de Cobertura	Incêndio, Danos Elétricos, Vendaval, Desmoronamento, Vazamento de Sprinklers, Quebra de Vidros, Alagamento e Inundação, Quebra de máquinas	Morte, indenização especial de morte por acidente, invalidez permanente total ou parcial por acidente (IPA)	base de Reclamações	Reparações por prejuízos financeiros causados a terceiros por erros e omissões
Valor Anual Contrato	288	33	355	9
Valor Total Contrato	920	165	1.876	15
Valor Total Assegurado	288	2.964	30.000	1.000

## 30. Evento Subsequente

Política Contábil
Evento favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período a que se referem as demonstrações contábeis e a data na qual é autorizada a emissão dessas demonstrações sendo: evento subsequente ao período contábil que originam ajustes, pois evidenciam condições que já existiam na data do balanço; e evento subsequente ao período contábil que não originam ajustes, pois surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem às demonstrações contábeis.

A administração tomou conhecimento, em 16 de fevereiro de 2023, que o leilão do edifício de Taguatinga, evidenciado na nota 9.1, foi cancelado a sua homologação por falta de pagamento do ganhador do certame, sendo feito a sua ata. Os ajustes necessários serão realizados em 2023.

## Diretoria Executiva

<b>Alexandre Gonçalves de Amorim</b> Diretor-Presidente	<b>André de Cesero</b> Diretor de Relacionamento com Clientes
<b>Eliana Oliveira de Matos Sousa</b> Diretor Jurídica e de Governança e Gestão - interina	<b>Alexandre Magno Galieta de Oliveira</b> Diretor de Desenvolvimento Humano
<b>André de Cesero</b> Diretor de Operações – interino	<b>Eliana Oliveira de Matos Sousa</b> Diretora de Administração
<b>Ricardo César de Moura Jucá</b> Diretor de Desenvolvimento	
<b>Contadora</b>	
<b>Carla Ribeiro Alves Marques</b> CRC 015723/O-9	

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Aos

Conselheiros e Administradores do

Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO

Brasília – DF

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Serviço Federal de Processamento de Dados ("SERPRO"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SERPRO em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outros assuntos

#### Demonstração do valor adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da Administração do SERPRO, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Empresa. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações dos valores adicionados foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

#### Reapresentação de valores correspondentes aos exercícios anteriores

Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras do SERPRO em 31 de dezembro de 2022, examinamos também os ajustes descritos na Nota Explicativa nº 2.6 que foram efetuados para alterar os saldos correspondentes do SERPRO de 31 de dezembro de 2021 constantes no saldo de abertura como comparativo. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre os saldos correspondentes do SERPRO referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e, portanto, não expressamos conclusão, opinião ou qualquer forma de asseguarção sobre os saldos correspondentes daquele exercício, tomados em conjunto.

#### Valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras incluem valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentados para fins de comparação. Esses valores foram auditados por outros auditores independentes que emitiram seu relatório de auditoria em 17 de março de 2022, sem ressalvas.

## Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração do SERPRO é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do SERPRO continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do SERPRO são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do SERPRO;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do SERPRO. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o SERPRO a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Blumenau (SC), 16 de março de 2023.

TATICCA AUDITORES INDEPENDENTES S.S.

CRC/SP-032267/O-1

Fernando Machado dos Santos

Sócio – Contador CRC/SC-043302/O

## CONSELHO FISCAL

PARECER CF-01/2023

Assuntos: Relatório Integrado Anual; Demonstrações Financeiras; Destinação de Resultados e Distribuição de Dividendos; e Modificação do Capital Social.

O Conselho Fiscal do Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO, nos termos das disposições legais e estatutárias, conferidas pelos incisos II, III e VII do Artigo nº 163 da Lei nº 6.404/1976 e incisos II e V do artigo nº 32 do Estatuto Social do SERPRO, examinou: o Relatório Integrado Anual; as Demonstrações Financeiras; a Proposta de Destinação dos Resultados e Distribuição de Dividendos; e a Proposta de Modificação do Capital Social referentes ao exercício encerrado em 31/12/2022.

Baseou-se em avaliações precursoras, a saber:

i) Relatório do Comitê de Auditoria do Serpro, de 10/03/2023, com a conclusão transcrita a seguir para registro: "Referente às demonstrações financeiras, com base nas atividades desenvolvidas e informações recebidas, respeitando as limitações naturais decorrentes do escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria entende que as demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nesse sentido, o Comitê de Auditoria Estatutário, suportado por informações da contabilidade, da administração e pelo relatório da Auditoria Independente, Taticca Auditores e Consultores, emitido sem ênfases ou ressalvas, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, conclui que as demonstrações financeiras para o ano de 2022, findo em 31 de dezembro de 2022, estão adequadas e livres de distorções relevantes e recomenda a aprovação pelo Conselho de Administração do Serpro"; e

ii) Relatório dos Auditores Externos - Taticca Auditores e Consultores, de 16/03/2023, que não apresentou quaisquer ressalvas ou ênfases, e expressou a opinião transcrita a seguir para registro: "Examinamos as demonstrações contábeis do Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SERPRO em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil";

Considerando a Política de Dividendos do SERPRO vigente (Deliberação CN-003/2019), o Conselho Fiscal também examinou e concordou com a proposta de destinação do lucro líquido do exercício, de R\$ 559.708.692,52 (quinhentos e cinquenta e nove milhões e setecentos e oito mil, seiscentos e noventa e dois reais e cinquenta e dois centavos), considerando os Ajustes de Exercícios Anteriores de R\$ 64.746.470,77 (sessenta e quatro milhões, setecentos e quarenta e seis mil, quatrocentos e setenta reais e setenta e seis centavos) e a Realização da Reserva de Reavaliação de R\$ 6.715.598,96 (seis milhões e setecentos e quinze mil, quinhentos e noventa e oito reais e noventa e seis centavos), contemplados nas referidas demonstrações financeiras, conforme a seguinte discriminação:

a) Destinar à Reserva Legal, nos termos da Lei nº 6.404/1976 e do Estatuto Social, o valor de R\$ 27.985.434,63 (vinte e sete milhões e novecentos e oitenta e cinco mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e sessenta e três centavos);

b) Imputar os Juros Sobre Capital Próprio ao dividendo mínimo obrigatório até o limite da TJLP, no valor de R\$ 116.744.197,04 (cento e dezesseis milhões, setecentos e quarenta e quatro mil, cento e noventa e sete reais e quatro centavos), nos termos da Lei nº 9.249/1995, da IN RFB nº 1.700/2017 e do Estatuto Social. Em complementação, para atingimento da remuneração de 100% do lucro passível de distribuição, destinar o saldo remanescente de R\$ 356.948.189,04 (Trezentos e cinquenta e seis milhões, novecentos e quarenta e oito mil, cento e oitenta e nove reais e quatro centavos) para pagamento de dividendos;

c) Incorporação da reserva de retenção de lucro ao capital social no montante de R\$ 725.191.227,84 (Setecentos e vinte e cinco milhões, cento e noventa e um mil, duzentos e vinte e sete reais e oitenta e quatro centavos). Com a incorporação das reservas de retenção de lucro, o capital social do Serpro de R\$ 1.061.004.829,23 (um bilhão, sessenta e um milhões, quatro mil, oitocentos e vinte e nove reais e vinte e três centavos), após a capitalização de R\$ 725.191.227,84 (Setecentos e vinte e cinco milhões, cento e noventa e um mil, duzentos e vinte e sete reais e oitenta e quatro centavos), totalizará R\$ 1.786.196.057,07 (um bilhão, setecentos e oitenta e seis milhões, cento e noventa e seis mil, cinquenta e sete reais e sete centavos).

O Conselho Fiscal entende que o Relatório Integrado Anual, as Demonstrações Financeiras e a Proposta de Destinação dos Resultados do exercício encontram-se em condições de serem submetidas à apreciação da Assembleia Geral Ordinária prevista de ser realizada em 25 de abril de 2023, na forma dos incisos I e II, do artigo 12º do Estatuto Social.

Brasília, 16 de março de 2023.

**RODRIGO REBOUÇAS MARCONDES**

Presidente do Conselho

**LEONARDO JOSÉ MATTOS SULTANI**

Conselheiro

**MARCELO DIAS VARELLA**

Conselheiro

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PARECER CA – 01/2023

Assunto: Relatório Integrado Anual – RIA, Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas encerramento do exercício de 2022, Destinação do Lucro Líquido do exercício de 2022 e Incorporação da Reserva de Retenção de Lucro ao Capital Social.

O Conselho de Administração do Serviço Federal de Processamento de Dados – Serpro, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 19, incisos VII, XIV, XV e XX, do Estatuto Social do Serpro, aprovado no dia 23 de julho de 2021, e:

- Considerando que o Relatório Integrado Anual – RIA atende ao disposto no art. 133, da Lei nº 6.404/1976, e abarca os temas relacionados aos negócios e às principais realizações administrativas do exercício findo;
- Considerando que a Auditoria Interna nº 2023/008 conclui que, de modo geral os controles internos examinados são razoáveis para assegurar a fidedignidade dos registros contábeis referentes às demonstrações financeiras do exercício de 2022, mantido o monitoramento periódico de provisões judiciais e tributárias, assim como saneado registro pontual de venda de imóvel, sendo os apontamentos devidamente acatados e endereçados pelos gestores responsáveis;
- Considerando que o Parecer da TATICCA Auditores Independentes S.S., sem ressalvas ou ênfases, assinado no dia 16 de março de 2023, certifica que as demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Serpro, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil;
- Considerando que o Relatório Comitê de Auditoria do Serpro – COAUD, datado de 10 março de 2023, opina que as demonstrações financeiras para o ano de 2022 estão adequadas e livres de distorções relevantes e recomenda a aprovação pelo Conselho de Administração; e
- Considerando que a proposta para a Destinação do Resultado do Exercício Social de 2022 atende às previsões legais, estatutárias e à Política de Dividendos da Empresa.

Manifesta-se favoravelmente às Demonstrações Financeiras da Empresa, pertinentes ao Exercício Social iniciado em 1º de janeiro e encerrado no dia 31 de dezembro de 2022, ao Relatório Integrado Anual – RIA, à Destinação de 100% do Lucro Passível de Distribuição referente ao exercício de 2022 e à Incorporação da Reserva de Retenção de Lucro ao Capital Social, bem como ao envio para aprovação da Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 25 de abril de 2023.

**MARCO PAULO REIS TANURE**

Presidente do Conselho

**CÉSAR AUGUSTO GUIMARÃES**

Conselheiro

**DEIVI LOPES KUHN**

Conselheiro Representante dos Empregados

**FERNANDO ANDRÉ COELHO MITKIEWICZ**

Conselheiro

**JOÃO MANOEL DA CRUZ SIMÕES**

Conselheiro

**RAFAEL BICCA MACHADO**

Conselheiro Independente